



Universidades Lusíada

Moura, Hugo Miguel Montez de

O conflito da Ucrânia : política externa e discurso político

<http://hdl.handle.net/11067/7815>

Metadados

Data de Publicação	2024
Resumo	<p>Esta dissertação de Mestrado pretende contribuir para o estudo do Conflito da Ucrânia na Política Externa Russa, através da análise do Discurso Político. Numa era digital, o Discurso Político como instrumento legitimador da política externa enfrenta mudanças, desafios e públicos cada vez mais amplos; devido à exigência de se reinventar, o discurso político procura novas configurações e instrumentos, com o objetivo de transmitir informação estratégica e persuadir um público internacional cada vez...</p> <p>This dissertation aims to contribute to the study of the Conflict in Ukraine in the Russian Foreign Policy, through the analysis of Political Discourse. In a digital era, Political Discourse as a legitimizing instrument of foreign policy faces changes, challenges, and increasingly diverse audiences; due to the need to reinvent itself, political discourse seeks new configurations and instruments, with the objective of transmitting strategic information and persuading an increasingly differentiate...</p>
Palavras Chave	Relações Internacionais, Política externa - Rússia, Discurso Político - Rússia
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-04-11T22:15:52Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

**O CONFLITO DA UCRÂNIA: POLÍTICA EXTERNA E
DISCURSO POLÍTICO**

Hugo Miguel Montez de Moura

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Porto 2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

**O CONFLITO DA UCRÂNIA: POLÍTICA EXTERNA E
DISCURSO POLÍTICO**

Hugo Miguel Montez de Moura

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Ribeiro de Azevedo Amorim

PORTO, 2024

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração sob compromisso de honra

(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação/tese apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Porto, 1 de SETEMBRO de 2024

O (A) Estudante

Hugo Novre

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão e reconhecer todo o esforço demonstrado pelo meu orientador, o Professor Doutor Paulo Amorim.

Agradeço também o apoio fundamental para esta investigação, dos funcionários da biblioteca da Universidade Lusíada (Porto), nomeadamente da sua diretora, Dra. Olinda Martins, no acesso às bases de dados, sobretudo à B-On.

Devo também destacar o contributo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no acesso às fontes e bibliografia e ao Departamento de Linguística, dirigido pelo Professor Doutor Rui Manuel Sousa Silva.

Resta ainda destacar os ensinamentos da Professora Doutora Maria Alexandra Pinto que me proporcionou durante a minha Licenciatura na Faculdade de Letras do Porto, na área da Linguística e ao Professor Doutor Paulo Amorim na cadeira de Decisão em Política Externa na Universidade Lusíada (Porto), durante o meu Mestrado em Relações Internacionais, que foram essenciais para a elaboração desta dissertação.

Este agradecimento é também alargado à Embaixada Ucraniana em Portugal, e à Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Ucrânia na República Portuguesa, Maryna Mykhailenko, pela disponibilidade de documentos nos *sites* oficiais do Estado.

Por fim, mas não menos importante, pretendo agradecer à Biblioteca Nacional Russa e ao seu diretor Alexander Vershinin e ao Ministério de Defesa da Federação Russa e ao seu Ministro atual, Sergei Shoigu, pela disponibilização de documentos, que se revelaram fulcrais para esta investigação

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	9
PALAVRAS-CHAVE.....	9
ABSTRACT	10
KEYWORDS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL	17
1.1. Paradigmas de Relações Internacionais: o Realismo enquanto “lente” teórica da Decisão em Política Externa	17
1.2. A Análise de Política Externa (APE): ferramenta metodológica no estudo da Política Externa dos Estados	25
2. O CONFLITO DA UCRÂNIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	33
2.1. Constantes e linhas de força da política externa russa durante o “Consulado” de Putin.....	33
2.2. Alexandr Dugin, o “Guru” de Putin	47
2.3. Fatores explicativos e características da “operação especial” russa na Ucrânia	49
3. “CASE STUDY” ANÁLISE LINGUÍSTICA DO DISCURSO DE PUTIN	56
CONCLUSÃO.....	78
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	80

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Realismo Político versus Neoliberalismo.....	24
Tabela 2 - Diferenças entre os modelos de abordagem da Análise de Política Externa.....	30
Tabela 3 - Três discursos essenciais para entender o discurso Político de Putin.....	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Três tipo de ideias que exercem influência sobre o comportamento político..... 31

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado pretende contribuir para o estudo do Conflito da Ucrânia na Política Externa Russa, através da análise do Discurso Político. Numa era digital, o Discurso Político como instrumento legitimador da política externa enfrenta mudanças, desafios e públicos cada vez mais amplos; devido à exigência de se reinventar, o discurso político procura novas configurações e instrumentos, com o objetivo de transmitir informação estratégica e persuadir um público internacional cada vez mais diferenciado. Procuramos, ainda, analisar o discurso como exercício do *soft power*, e sobre a sua ligação com a autoridade política, ou poder social. Com base neste pressuposto, iremos interpretar criticamente a dimensão internacional da invasão russa da Ucrânia em 2022 (apesar de entendermos que este conflito começa já em 2014, com a ocupação russa da Crimeia). A dissertação argumenta também que esta crise é simultaneamente o resultado e a intensificação do confronto entre duas posições antagónicas (Ocidente e Rússia) em relação às contestadas fronteiras da Ucrânia.

O argumento da legitimidade de intervenção de Moscovo nesta “operação especial” é visível nos discursos políticos e meios de comunicação russos, como aceitável e uma ação legal (uma perspetiva diferente da ucraniana). Contrariamente, os argumentos pró-ucranianos referem-se às ações da Rússia como anexação e uma violação de soberania e integridade territorial ucraniana; Através da aplicação da metodologia de análise crítica do discurso, torna-se possível, e crucial, fragmentar e desconstruir o discurso de legitimação de Vladimir Putin e apresentar resultados sob uma ótica crítica e reflexiva.

PALAVRAS-CHAVE

Ucrânia; Rússia; OTAN; Política Externa; Discurso Político; Crise; Vladimir Putin; Operação Especial

ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to the study of the Conflict in Ukraine in the Russian Foreign Policy, through the analysis of Political Discourse. In a digital era, Political Discourse as a legitimizing instrument of foreign policy faces changes, challenges, and increasingly diverse audiences; due to the need to reinvent itself, political discourse seeks new configurations and instruments, with the objective of transmitting strategic information and persuading an increasingly differentiated international public. We also seek to analyze discourse as an exercise of *soft power*, and its connection with political authority or social power. Based on this premise, we will critically interpret the international dimension of the Russian invasion of Ukraine in 2022 (although we understand that this conflict began in 2014 with the Russian occupation of Crimea). This dissertation also argues that this crisis is both the result and intensification of the confrontation between two antagonistic positions (West and Russia) regarding the disputed borders of Ukraine.

The argument of Moscow's legitimacy of intervention in this “special operation” is visible in Russian political discourse and media, as acceptable and legal action (a different perspective from the Ukrainian one). Conversely, pro-Ukrainian arguments refer to Russia's actions as annexation and a violation of Ukrainian sovereignty and territorial integrity. Through the application of the critical discourse analysis methodology, it becomes possible, and crucial, to fragment and deconstruct Vladimir Putin's legitimization discourse and present results from a critical and reflective perspective.

KEYWORDS

Ukraine; Russia; NATO; External Politics; Political speech; Crisis; Vladimir Putin; Special Operation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA - Acordos de Associação;

ABM - Tratado de Mísseis Antibalísticos;

ACD - Análise Crítica do Discurso;

APA - American Psychological Association - Associação Americana de Psicologia

APCs - Acordos de Parceria e Cooperação;

APE - Análise de Política Externa;

APEC - Cooperação Económica da Ásia-Pacífico;

ASEM - Reunião Ásia-Europa;

BMD - Sistema de Defesa Antimísseis;

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul;

CEI - Comunidade dos Estados Independentes;

CNN - Cable News Network - O Efeito CNN refere-se à repercussão de notícias constantes quando ocorrem conflitos e eventos negativos.

CSTO - Organização do Tratado de Segurança Coletiva;

DCFTA - Zona de Livre Comércio Abrangente e Aprofundada

EaP - Iniciativa Parceria Oriental;

EUA - Estados Unidos da América;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

G-7 - Grupo dos Sete;

NSS - Estratégia de Segurança Nacional;

OCX - Organização de Cooperação de Xangai;

OMC - Organização Mundial do Comércio;

ONG - Organização não Governamental;

ONU - Organização das Nações Unidas;

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;

OTAN/NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTSC - Organização do Tratado de Segurança Coletiva;

PEV - Política Europeia de Vizinhança;

PIB - Produto Interno Bruto;

RI - Relações Internacionais;

RIC - Rússia - Índia - China

RPC - República Popular da China;

RSFSR - República Socialista Federativa Soviética da Rússia;

SBS - Richard Snyder, Bruck e Burton Sapin

SCO - Organização de Cooperação de Xangai;

SDN - Sociedade das Nações;

UE - União Europeia;

UEE - União Económica Euroasiática;

UKIP - United Kingdom Independence Party

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

ZEE - Zona Económica Exclusiva.

INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico, subordinado ao tema *O Conflito da Ucrânia: Política Externa e Discurso Político*, tem como objeto a análise, à luz do Discurso Político, da Guerra da Ucrânia enquanto prioridade e mesmo linha de força da Política Externa da Rússia. O conflito, para efeito deste estudo, foi delimitado a partir da “operação especial” russa em território ucraniano, a partir de fevereiro de 2022, apesar de obrigatoriamente ser enquadrada na “questão ucraniana” com antecedentes na anexação da Crimeia, em 2014. Procuramos, assim, identificar os argumentos legitimadores da intervenção russa e da decisão e atuação do presidente russo, Vladimir Putin e de autoridades do governo russo nos seus discursos e pronunciamentos. O desempenho da política externa do “Consulado” Putin tem sido, por vezes, criticado no que concerne à sua “racionalidade” em relação aos seus pares regionais, particularmente do Ocidente. Isso, contudo, não significa o sacrifício do estudo do interesse nacional nem das constantes da política externa russa (“mãe russa”). Apesar das críticas internacionais, devemos constatar que o decisor russo, em algumas circunstâncias comportou-se de maneira “ideológica” e noutras de forma pragmática. Ressaltamos que é extremamente árduo, e muitas vezes indistinguível o trabalho de separar o que é ideológico do que é pragmático no atual contexto político internacional. A partir do estudo da política externa russa, realizado com base em fontes primárias e secundárias, verificamos a constante utilização das expressões “universalismo” e “pragmatismo”, além da variável ideologia, responsável pelas periódicas inflexões da mesma. No que concerne à política externa de Putin, entendemos que se mantiveram os traços de universalismo e pragmatismo e introduziu-se alguma inflexão ditada pelo teor ideológico autoritário do seu governo. Consideramos que os discursos e pronunciamentos selecionados, também realizados através de fontes secundárias como a Biblioteca do Estado Russo (online), revelam as opiniões e as crenças do sujeito comunicante em conexão com o mundo que o rodeia. Identificamos o sujeito comunicante como sendo Putin e, como sujeitos enunciadorees, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov, entre outros. Entendemos que o discurso do governo russo é um interdiscurso, que interage com discursos pré-existentes ou exteriores a ele e se forma a partir dos discursos de diferentes autoridades cujas visões de mundo são próximas (Bielorrússia e China), ou completamente diferentes (União Europeia). Segundo Charaudeau (2008), procuramos identificar a relação entre o discurso e seu contexto (lugar social). Para tanto, definimos a finalidade da situação de comunicação e da identidade dos interlocutores

(competência situacional). Consideramos que os discursos e pronunciamentos selecionados são discursos políticos, uma vez que têm por objetivo persuadir o recetor (nacional e internacional) da legitimidade das decisões governamentais adotadas. Em suma, além da análise da Guerra da Ucrânia, enquanto fenómeno atual das Relações Internacionais, propomo-nos a identificar os argumentos proferidos pelas autoridades russas e seus elementos de carácter pragmático e/ou ideológico. Procuramos verificar que a posição russa foi de acolhimento ao interesse nacional, assim como entendemos que a fundamentação desta posição repousou tanto sobre argumentos pragmáticos como ideológicos, uma vez que consideramos que elementos que indicam esse perfil são passíveis de identificação nos discursos do Presidente, figura responsável pela definição das diretrizes de Política Externa. Na análise dos discursos de Putin e das autoridades governamentais, tentamos identificar o seu compromisso com o que verificamos serem as linhas de continuidade da política externa russa, e com o que entendemos ser a dimensão ideológica do seu governo. O pragmatismo, pelo esforço na destruição total da Ucrânia, deve-se à idiosincrasia do decisor, impermeável às críticas ocidentais, procurando ganhar o conflito no menor espaço de tempo possível.

Em suma, face à questão de partida elaborada -“Quais os fatores explicativos da “operação especial” da Rússia na Ucrânia, patentes no discurso político e os reais interesses envolvidos, demonstrados pelos estudos académicos já realizados?” -; fomos confrontados com algumas questões prévias, cuja ordem lógica serve de fio condutor ao nosso trabalho:

- Quais os principais conceitos e teorias aplicáveis ao estudo da Guerra da Ucrânia?
- Quais as principais características da Guerra da Ucrânia?
- Qual a composição da Agência (decisor) russa e quais os principais interesses envolvidos?
- De que forma o discurso político é legitimador da política externa russa (e mesmo causa, comprometendo o futuro)?

Neste sentido, o nosso trabalho está dividido em três partes. A primeira parte dedicada ao Enquadramento Teórico-Conceitual, é constituída por alguns conceitos e teorias pertinentes para a investigação. A segunda parte constitui um contributo para o estudo da política externa russa e da guerra na Ucrânia. Finalmente, na terceira parte, no nosso *case study* estudamos o discurso político como fator legitimador da “operação especial” russa na Ucrânia.

Esta investigação iniciou-se com uma hipótese que será confirmada ou infirmada na conclusão.

Hipótese - O Discurso Político russo é um instrumento legitimador da intervenção russa na Ucrânia, em dois planos - interno e internacional, criando uma causa formal que camufla os verdadeiros interesses justificativos desta Guerra.

Nesta dissertação de Mestrado seguimos o método e as técnicas habitualmente adotadas em Relações Internacionais, recorrendo ainda à metodologia de alguns *subfields* como a Comunicação Política e a Análise de Política Externa (APE), com predomínio da investigação qualitativa. Utilizamos como fonte relatórios e discursos oficiais (fontes primárias), bem como monografias, artigos de publicações periódicas e em série - mas acreditadas em base de dados académicos, como a *Web of Science*, assim como informação constante em base de dados/plataformas digitais.

A metodologia mais apropriada para este estudo é, assim, a qualitativa, incluindo a análise de conteúdo do discurso político e da informação mediatizada pelos média (o chamado “efeito CNN”). Privilegiamos o discurso de Vladimir Putin, contrapondo-o com outros discursos políticos, através de técnicas previstas na Análise Crítica de Discurso (ACD, ou em inglês, CDA - *critical discourse analysis*), propostas por Wodak & Meyer (2015), numa análise multinível: i) Texto - Escrito ou oral - Mensagem vs linguagem escolhida; ii) A produção; distribuição e consumo do discurso - protagonistas e interesses envolvidos; iii) O “background” internacional, tentando preencher os “gaps” e as questões não respondidas, confrontando com outros discursos políticos ou com artigos científicos que servirão de “fiel da balança” sobre a “verdade” que condicionou o discurso.

Sendo o discurso político um instrumento de poder da política externa dos Estados, fundamentamos a nossa análise no paradigma teórico das Relações Internacionais: o Realismo que servirá de “lente” para as nossas conclusões. Esta opção metodológica resulta do Realismo privilegiar o conceito de poder como o “motor” das Relações Internacionais, nomeadamente nas relações entre Estados, e por isso é determinante na compreensão das dinâmicas da Guerra e da Paz. Este Paradigma inclui - além do Realismo Clássico proposto por Morgenthau; o Neorealismo - também conhecido como Realismo Estrutural, que emerge em 1979 com o livro *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, revendo os pressupostos do realismo clássico. Esta perspetiva teórica é fulcral para entender a Rússia e as suas relações com os países vizinhos, com a UE e com os EUA. O Neorealismo considera

o Sistema Internacional anárquico e descentralizado, num Centro de Poder e autoridade, e composto por vários Estados que o compõem e o hierarquizam. De acordo com Waltz, o Sistema Internacional alicerça-se em três fundamentos “first by the principle according to which they are organized or ordered, second by the differentiation of units and the specification of their functions, and third by the distribution of capabilities across units” (Waltz, 1979: 88). Finalmente, no estudo da Política Externa é imperioso seguir a metodologia da APE (Análise de Política Externa) que exige uma atenção especial no Decisor e no Processo de Decisão.

Desvalorizando as questões “o quê?” e “porquê?” a APE centra a investigação nas perguntas “quem?” e “como?”, ganhando relevância, assim, a análise do discurso político que nos ajuda a identificar o(s) decisor(es) e os interesse(s) envolvidos.

Finalmente, no que diz respeito às normas de elaboração e apresentação da dissertação, é respeitado o modelo proposto pelo Orientador, em linha com as disposições da Universidade Lusíada (Porto), pelo que foi utilizada a norma da *American Psychological Association* (APA).

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

1.1. Paradigmas de Relações Internacionais: o Realismo enquanto “lente” teórica da Decisão em Política Externa

É amplamente aceite que o estudo académico autónomo das Relações Internacionais surgiu na primeira metade do século XX. Ainda que não seja possível existir um consenso quanto ao marco fundador da disciplina, um dos mais reconhecidos é o do trabalho dos britânicos Ken Booth e Steve Smith, da Universidade de Gales¹, em Aberystwyth, do qual foram editores, intitulado *International Relations Theory Today* (1995), onde reconhecem David Davies² como o pioneiro mundial do estudo, através da institucionalização da Woodrow Wilson Chair³ (1919), em honra ao presidente dos EUA da época, nessa mesma universidade do Reino Unido.

No entanto, os académicos dos Estados Unidos, por sua vez, preferem destacar uma obra do seu próprio universo intelectual e académico como o elemento fulcral que permitiu (re)fundar a disciplina. Esse elemento está intrinsecamente associado aos eventos da Segunda Guerra Mundial e é a publicação do livro de Hans Morgenthau, professor da

¹ “*International Relations Theory Today*” (1995) parte da premissa de que a teoria internacional está a passar por mudanças significativas. Deixou o antigo sentido de uma disciplina autónoma, e agora une-se em torno dos problemas de guerra e paz, dominada por uma visão realista do mundo. Desde 1970, a teoria internacional tem sido marcada por grandes debates que questionam a própria existência de um mundo separado e contido de relações internacionais; isso implica que a disciplina da teoria internacional precisa reconsiderar as suas suposições e teorias.

² David Davies, 1º Barão Davies (11 de maio de 1880 - 16 de junho de 1944) foi um político do Partido Liberal Galês e deputado por Montgomeryshire de 1906 a 1929. Como filantropo, ele estabeleceu a Associação Memorial Nacional Galês do Rei Eduardo VII para combater a tuberculose no País de Gales, bem como a *Wilson Chair of International Politics* na University College of Wales, Aberystwyth.

³ Pouco depois do Armistício de 1918, o Conselho do *University College of Wales*, Aberystwyth, recebeu uma carta de David Davies e das suas irmãs Miss Gwendoline Davies e Miss Margaret Davies. A carta informava o Conselho de que a família Davies estava disposta a contribuir com a quantia de £20.000 como um fundo para uma “chair” em Aberystwyth: “em memória dos estudantes perdidos da nossa Universidade para o estudo dos problemas relacionados de direito e política, ética e economia, que são levantados pela perspectiva de uma Liga das Nações e para a compreensão mais profunda da civilização além da nossa própria.”

Universidade de Chicago, intitulado *Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz* (1948), que influenciaria toda uma geração de investigadores - incluindo nos dias de hoje.

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o pensamento realista⁴ predominante fundamentou-se em bases histórico-político-filosóficas encontradas em obras da Antiguidade Clássica grega. Um exemplo notável é o estudo aprofundado de Tucídides⁵ e sua *História da Guerra do Peloponeso* (século V a.C.), que forneceu a primeira formulação da concepção de equilíbrio de poder. Além disso, referências à teorização política de Niccolò Machiavelli em *O Príncipe* (1531) foram essenciais para introduzir a noção de separação da esfera política em relação à esfera moral, uma característica marcante do realismo. As contribuições filosóficas de Thomas Hobbes⁶, presentes em *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (1651), também desempenharam um papel significativo, especialmente em relação à sua abordagem sobre a anarquia⁷ decorrente da falta de uma autoridade central internacional. Por fim, a teorização estratégico-militar de

⁴ Várias vezes, os Estados são obrigados a cooperar e realizar alianças para sobreviverem, sobretudo em função de um *equilíbrio de poder*, isto é, tentando manter um equilíbrio na distribuição de poder no plano internacional. Logo, se um estado se torna muito poderoso, os outros podem formar um bloco para neutralizar o seu poder e reduzir o perigo para a segurança de cada nação. No pensamento realista, a ética é posta em segundo plano, uma vez que, valorizando acima de tudo a sobrevivência, os Estados podem quebrar qualquer acordo e desobedecer a qualquer regra moral. A *Realpolitik*, do alemão “Política Real”, prática da política externa definida como maquiavélica, é normalmente associada ao pensamento realista. Auto-ajuda é, para os realistas, a noção de que os Estados só podem contar com a sua própria capacidade no que diz respeito às relações internacionais. Em suma, os realistas idealizam o sistema internacional como um espaço de disputa pelo poder, motivada por um tema: a segurança.

⁵ Tucídides foi um historiador da Grécia Antiga e general. Escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*, da qual foi testemunha e participante, em que, em oito volumes, conta a guerra entre Esparta e Atenas ocorrida no século V a.C.

⁶ Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*. Na obra *Leviatã*, expôs os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade forte.

⁷ Anarquia é uma ideologia política que se opõe a todo o tipo de hierarquia e dominação, seja ela política, económica, social ou cultural, como o Estado, o capitalismo, as instituições religiosas, o racismo e o patriarcado. Através de uma análise crítica da dominação, a anarquia pretende superar a ordem social na qual esta se faz presente através de um projeto construtivo baseado na defesa da autogestão, tendo em vista a constituição de uma sociedade libertária baseada na cooperação e na ajuda mútua entre os indivíduos e onde estes possam associar-se livremente.

Carl von Clausewitz⁸ em *Da Guerra* (1832) influenciou diretamente a compreensão das interações entre política externa e a condução de conflitos armados. Na sua escrita, Clausewitz concebe o uso do “jus belli” (direito de guerra) como uma ferramenta normal da política externa, permitindo que um Estado racionalmente maximize os seus objetivos.

Essa perspectiva clausewitziana reflete uma notável desconsideração pelo papel do Direito Internacional Público como um mecanismo regulador das relações entre Estados. Essa visão continua a ser uma característica essencial da abordagem realista nas Relações Internacionais, especialmente na variante do “realismo ofensivo”⁹.

De forma resumida, pode-se entender a visão do realismo clássico nas Relações Internacionais, através da premissa de que o Estado é considerado um ator central e unitário que pretende maximizar o seu interesse nacional através de escolhas racionais e morais na política externa. Nessa perspectiva, há uma rígida separação entre as esferas da política interna e externa.

Todavia, esta abordagem teve que competir intensamente com outra visão sobre as relações internacionais, de natureza liberal internacionalista, que teve proeminência sob a liderança de Woodrow Wilson - apesar das críticas contundentes direcionadas ao internacionalismo liberal e ao wilsonianismo¹⁰, acusados de serem utópicos e prejudiciais, é

⁸ Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (Burg, 1 de junho de 1780 — Breslau, 16 de novembro de 1831) foi um militar do Reino da Prússia que ocupou o posto de general e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra devido à sua obra *Da Guerra* (Vom Kriege). É considerado um grande mestre da arte da guerra sendo que as lições de tática e estratégia vão além dos exercícios militares propriamente ditos, para se constituírem, inclusive, numa profunda reflexão filosófica acerca da guerra e da paz. Tal reflexão contém observações éticas que são válidas para a formação militar em todo tempo, mesmo na ocorrência do que, nos nossos dias, se veio a chamar de “guerra interna”. Convencido da superioridade da defesa e das capacidades defensivas frente ao ataque e às capacidades ofensivas, a argumentação de Clausewitz é comumente sintetizada na noção de que o melhor ataque é uma ótima defesa.

⁹ O realismo ofensivo é uma teoria estrutural que, ao contrário do realismo clássico de Hans Morgenthau, acusa o conflito de segurança na anarquia do sistema internacional, e não a natureza humana ou as características de cada uma das grandes potências. Em contraste com outras teorias estruturais realistas, o realismo ofensivo acredita que os Estados não estão satisfeitos com uma determinada quantidade de poder, mas procuram a hegemonia (maximização da sua parcela de poder no mundo), para a segurança e sobrevivência.

¹⁰ Na teoria das relações internacionais, o idealismo refere-se à escola de pensamento que, na história diplomática dos Estados Unidos, se desenvolveu com base nas ideias de Woodrow Wilson, tanto que é constantemente denominado como wilsonianismo ou idealismo wilsoniano. Os principais pressupostos do

relevante enfatizar que a construção teórica do realismo nesse período ainda estava nos seus estágios iniciais. O foco central, como referido, estava na análise do Estado e nas suas interações com outros Estados, especialmente no contexto do fenómeno da guerra.

No âmbito epistemológico, a emergência das Relações Internacionais como disciplina surgiu para encontrar, entender e analisar, através de uma abordagem empirista-positivista¹¹ - não só, mas também - e focando-se na análise de eventos concretos, especialmente aqueles marcados por extrema violência, como as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, além de conflitos internacionais de relevo. Embora a orientação teórica seja empirista, em termos metodológicos, o desenvolvimento da disciplina foi predominantemente influenciado por abordagens qualitativas de análise e interpretação de documentos, derivados da História e da reflexão filosófico-política, deixando de lado os avanços das “ciências behavioristas” - Enquanto área de estudo, o behaviorismo busca compreender, principalmente, as causas que levam os processos de aquisição, manutenção e perda de comportamentos de um organismo, tentando então, prever e controlar o comportamento de todo e qualquer indivíduo.

Através da contextualização apresentada e aprofundando o que entendemos como estudo das Relações Internacionais, podemos então aplicar, no contexto deste trabalho, este conhecimento na esfera política, apresentando e analisando assim as diferentes correntes presentes.

O realismo político pode ser entendido como um modelo, isto é, como uma simplificação da realidade que se assemelha a um retrato, esforçando-se para revelar as características fundamentais da entidade que está a ser retratada. No entanto, é importante notar que esse modelo nunca conseguirá abranger completamente todos os detalhes da

idealismo são, por exemplo, a defesa de que os indivíduos são bons por natureza e o seu interesse no bem-estar coletivo estimula o desenvolvimento através da cooperação. Baseando-se na noção de que a natureza anárquica do sistema internacional não é imutável, esta pode ser amenizada com a formação e fortificação de organizações internacionais e do direito internacional. Na sua ideologia os Estados democráticos não procuram a expansão militar e territorial e a guerra pode ser evitada. Esta teoria tem também como foco a necessidade de garantir a liberdade individual e proteger os indivíduos dos abusos de poder que os Estados podem empreender.

¹¹ Positivismo lógico mais tarde chamado de empirismo lógico e também conhecido como neopositivismo, foi um movimento da filosofia ocidental cuja tese central foi o princípio da verificação (também conhecido como o critério de verificabilidade do significado). Esta teoria do conhecimento afirmava que apenas as declarações verificáveis através da observação direta ou da prova lógica são significativas.

realidade factual. Portanto, o realismo político apresenta uma “estrutura teórica de uma política externa racional que a experiência jamais chega a adotar na sua totalidade” (Morgenthau, 1990: 50; 1986: 19).

Apesar do realismo político procurar explicar racionalmente a realidade, a maioria dos investigadores realistas partilham a opinião de que o comportamento humano não é completamente orientado pela razão. Por isso, os realistas reconhecem as limitações da razão e, conseqüentemente, das explicações baseadas unicamente nesse critério.¹²

O fundamento central que guia o realismo político na interpretação da política internacional é o conceito de interesse entendido em termos de poder. Este conceito impõe uma estrutura intelectual ao observador, introduzindo uma ordem racional na esfera política e possibilitando uma compreensão teórica da política. Os ideais de justiça e bondade são aspectos morais que possuem pouca conexão com o fenómeno real do poder, o qual desempenha um papel determinante numa visão realista da natureza humana, da guerra e das assimetrias que permeiam as sociedades. Ao mesmo tempo, para o líder político, esse conceito fornece uma direção racional à ação, criando uma notável continuidade na política externa. Procurando construir teoricamente uma política externa racional, o realismo político concebe que uma política externa racional é, por natureza, eficaz, minimizando os riscos e maximizando os benefícios e, assim, cumprindo tanto a exigência moral da prudência quanto a demanda política do sucesso.¹³ Esta perspectiva encontrou ressonância e uma expansão mais abrangente através de Max Weber, intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia, que argumentou que os interesses, sejam eles de natureza material ou ideológica, têm um controlo direto sobre as ações humanas. Na esfera política, o tipo de interesse que molda a ação num dado período histórico é influenciado pelo contexto político e cultural em que a política externa é formulada.¹⁴

A partir de uma ótica realista, a explicação histórica dos acontecimentos políticos não decorre das declarações de intenções feitas pelos seus principais atores; em vez disso, as causas residem no âmago objetivo da realidade, ou seja, nas relações de poder, instituições e processos políticos em que os agentes estão imersos.¹⁵

¹² Oro, T., L. 2009. pág. 22

¹³ Morgenthau, 1948, p. 5 e 10

¹⁴ *Ibidem*

¹⁵ Cabrera, G., E. 2014. pág. 138

A existência de outros critérios que possam influenciar o interesse e, conseqüentemente, o poder, leva-nos à problemática do contexto.

A importância do contexto é frequentemente realçada por investigadores, de forma a ser possível a interpretação de um texto ou pensador específico. Ao explorar o contexto, é possível obter uma compreensão mais nítida das questões que um determinado pensador tenta abordar, bem como dos debates subjacentes. Partindo deste pressuposto, quer seja examinado sob a perspectiva da influência das abordagens “positivistas” da Ciência na evolução das RI, ou sob formas “racionalistas”, o pensamento de Kenneth Waltz foi, muitas vezes, contextualizado de maneira implícita ou explícita como parte de discussões mais amplas sobre a relação entre teoria e prática, ou as implicações políticas de adotar determinadas posturas teóricas ou metodológicas. (Williams, M. C. 2009. p. 1)

Embora frequentemente alvo de críticas por parecer negligenciar as dinâmicas políticas internas, na sua obra intitulada *Política Externa e Política Democrática*, Waltz empreende um estudo abrangente sobre o impacto de fatores internos na política externa, mas, mais significativamente, uma análise mais aprofundada revela uma agenda fortemente motivada pela questão altamente politizada da habilidade dos Estados democráticos em agir eficazmente na política externa. Uma consequência e propósito não reconhecidos da teoria de Waltz é intencionalmente excluir as preocupações da política moderna que os realistas clássicos e outros insistiam serem essenciais para a compreensão da política contemporânea, tanto em níveis domésticos quanto internacionais.¹⁶ Da mesma forma, ele não adere aos fundamentos de autores como Hobbes e Maquiavel ao fundamentar a sua teoria nos impulsos originados por uma natureza humana imutável. Embora Waltz não veja a natureza humana como algo constante, é possível que ele compartilhe com esses autores a ideia de que os interesses dos Estados - que derivam em última instância da natureza humana - possuem uma estabilidade relativa. A abordagem dos interesses como variáveis constantes, mas que são exteriores ao sistema, tem sido predominante no pensamento dos “realistas de escolha racional”. Esses investigadores basearam as suas formulações no trabalho de Waltz para desenvolver o neorrealismo contemporâneo¹⁷. Essa perspectiva redefine a disciplina como o

¹⁶ Williams, M. C. 2009. p. 2

¹⁷ O neorrealismo surgiu a partir da doutrina estadunidense de ciência política, e reformula a tradição realista de Edward Hallett Carr, Hans Morgenthau e Reinhold Niebuhr. Os realistas em geral argumentam que o poder é o fator mais importante nas relações internacionais. O neorrealismo defende que a estrutura internacional é caracterizada pelo princípio fundamental da anarquia e pela distribuição de recursos, que é medida pelo número

estudo da forma como atores egoístas perseguem interesses que lhes são externamente dados, em condições de anarquia. Essa abordagem também é adotada por liberais institucionalistas, que oferecem uma interpretação diferente das soluções para o problema da anarquia, embora compartilhem a mesma concepção dos interesses. Contudo, essa posição tem sido criticada por pensadores construtivistas, como Friedrich Kratochwil e Harald Müller. De acordo com eles, valores e interesses não devem ser considerados como pressupostos, mas sim como resultados do discurso. Noutras palavras, esses elementos são construídos através das interações discursivas - como Kratochwil ressalta, a origem da palavra “interesse” é “inter-esse”, que significa “entre o eu e o outro”. Dentro dessa perspectiva, torna-se inviável formular uma teoria de relações internacionais que se mantenha isolada de outras esferas de interação social e interpessoal. Certos aspetos do trabalho tanto dos neorealistas quanto dos institucionalistas liberais, que são objeto de críticas por parte de Kratochwil, demonstram mais aproximação com a descrição hobbesiana da natureza humana do que com a narrativa mais intrincada apresentada por Waltz. (Brown, C. 2009. p. 10)

O quadro que se segue na página seguinte serve para, de forma simples e sucinta, realçar os principais pontos - quer de convergência, quer de divergência - entre os conceitos de Realismo Político e Neoliberalismo.

de grandes potências no sistema internacional. O princípio central da estrutura internacional é a anarquia, o que significa que não há uma autoridade centralizada; cada Estado soberano possui igualdade formal no sistema. Esses Estados agem de acordo com a lógica da autoajuda, o que implica que querem satisfazer os seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento dos interesses de outros Estados. Essa falta de confiança, baseada na incerteza, é conhecida como “dilema de segurança”.

Tabela 1 - Realismo Político versus Neoliberalismo.

Conceitos	Realismo Político	Neoliberalismo
Poder	O Estado é quem detém a soberania luta pelo poder	O mercado justifica o poder económico do Estado Luta pelos mercados internacionais
Interesse Nacional	O interesse nacional justifica o poder O interesse nacional é o objeto da luta pelo poder internacional	O interesse é a ganância O interesse é das elites que são quem participa na política externa do Estado
Equilíbrio de Poder	O poder é algo imutável ao Estado, pelo que necessita consensos O Direito Internacional são as regras acordadas entre os Estados O conflito é resolvido através de Acordos Comuns	O mercado é algo imutável O Estado é regulador e estabelece o equilíbrio internacional As regras internacionais solucionam os litígios Relações económicas internacionais
Estado	O Estado é o centro com respeito aos demais atores É ator único Centralismo Político Apoio a forças militares	O Estado é o centro do poder político, mas em aliança com as empresas transnacionais Estado autoritário Divisão do poder, mas sem descentralizar
Coesão Social	Estado de Direito Reformas Sociais	Estado de classes Reformas Sociais Estado de Direito
Economia	Nacionalismo Económico Mercado Interno sólido	Economia Internacional Mercado Interno competitivo

Fonte: Tabela laborada pelo autor da Dissertação.

1.2. A Análise de Política Externa (APE): ferramenta metodológica no estudo da Política Externa dos Estados

Georges Clemenceau¹⁸ afirmou que a política externa é de demasiada importância para ser deixada nas mãos dos seus formuladores. Portanto, diante da crescente e inevitável internacionalização da vida humana, é necessário realizar um esforço intelectual para aprimorar a nossa compreensão da formulação e implementação da política externa dos Estados. Esse esforço é denominado “Análise da Política Externa” (Foreign Policy Analysis).

Os fundamentos conceituais derivam de duas questões fundamentais que sempre surgem ao estudar os fenômenos da política externa: como os Estados agem e como podemos explicar os diversos aspectos das suas políticas externas. Na literatura tradicional das relações internacionais, havia uma forte influência das teorias realistas, como referido no subcapítulo anterior, que explicavam a política externa dos Estados com base na procura pelo poder¹⁹.

O antropomorfismo manifesta-se na conceituação do estado como uma “entidade” (ator) com identidade própria, interesse e vontades. Embora o interesse e identidades possam sofrer mudanças até certo ponto, o estado continua a ser retratado como uma “entidade” - um “ser humano invisível”. As teorias de relações internacionais, portanto, consideram os Estados como atores predefinidos, negligenciando o processo de formulação de política externa e a sua implementação, concentrando-se, em vez disso, na estrutura do sistema internacional. Esse estruturalismo implícito é compartilhado tanto pelo neorealismo de Kenneth Waltz (1979) quanto pelo construtivismo social de Alexander Wendt (1999).²⁰ Neste sentido, é possível identificar algumas abordagens distintas: Uma delas fundamenta-se numa análise lógica e racional acerca do comportamento internacional dos atores. Alguns dos pressupostos centrais do racionalismo têm raízes nas tradições do realismo, que afirmam que os Estados são entidades unitárias e, supostamente, atores pragmáticos movidos pelo

¹⁸ Georges Clemenceau foi o fundador do jornal *La Justice*, um periódico com inclinações políticas radicais, que aumentou significativamente a sua influência política. Em 1897, ele desempenhou um papel crucial na criação de *L'Aurore*, onde o escritor francês Émile Zola lançou o famoso artigo “J'accuse” no caso Dreyfus. Clemenceau foi eleito senador entre 1902 e 1920, e também ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 1906 e 1909. Ele foi novamente chamado para servir como primeiro-ministro em 1917, durante o auge da Primeira Guerra Mundial.

¹⁹ Mendes, P.E. 2007. p. 129.

²⁰ Beneš, V. 2019. p. 5-6.

interesse nacional. Paralelamente, os procedimentos de tomada de decisão refletem a suposta racionalidade política: os discursos têm um peso significativamente menor do que a situação concreta. A lógica realista assume a capacidade dos governos de atuar com base em conhecimento profissional e expertise, utilizando uma analogia de mercado ao domínio político, onde incentivos, ganhos e resultados políticos são pontos de referência fundamentais. (Kurnyshova, Y. & Makarychev, A. 2022. p. 508)

Outra dimensão do conjunto “procedimental” na APE tem como base a operacionalização do comportamento de risco. A tomada de riscos sugere que os líderes políticos vejam o status quo como uma perda e adotem políticas de risco para eliminar essa perda, mesmo com a possibilidade considerável de incorrer em danos ainda maiores. Eles têm maior disposição a assumir riscos para evitar um cenário interpretado como perda do que para obter um cenário interpretado como ganho, demonstrando que as perdas reais têm mais impacto do que ganhos potenciais não realizados. Quanto maior a variação nos resultados de uma escolha, mais arriscada essa escolha é considerada (Mercer 2005).

Esses pressupostos resultaram na reconstrução do Estado, às vezes até mesmo personificando-o. Ao corroborar a concepção realista das relações internacionais, a abordagem tradicional defendia que a política externa era essencialmente uma política de segurança e defesa em relação ao mundo exterior. Portanto, havia uma ênfase particular nos interesses e políticas de segurança adotados pelos Estados num sistema internacional anárquico. Na ausência de uma sociedade internacional com um centro de poder hierárquico efetivo que regulasse os seus atores, o poder efetivo residia nas diversas sociedades nacionais, que definiam as suas políticas externas com base nos seus interesses nacionais. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, era natural que qualquer interesse nacional entrasse em conflito com outro interesse nacional, e, portanto, as políticas externas dos Estados eram, essencialmente, conflituosas. (Mendes, P.E. 2007. p. 130)

Outra perspectiva bastante relevante é a abordagem sobre o simbolismo interacionista de G. H. Mead (1934). A tradição do simbolismo interacionista na APE é consideravelmente extensa, como evidenciado em Kalevi Holsti (1970), que introduziu o simbolismo interacionista nesse contexto, desenvolvendo o seu próprio quadro conceitual para a análise de política externa, nomeado *role theory* (teoria do papel) - A *role theory* fundamenta-se na suposição antropomórfica de que é possível analisar o Estado utilizando as mesmas

ferramentas teóricas e conceituais de outras ciências sociais, como a sociologia e a psicologia social, para compreender o indivíduo. (Beneš, V. 2019. p. 5-6)

Na perspectiva do simbolismo interacionista e da *role theory*, é assumido que o papel nacional (collective self) pode ser decomposto analiticamente em dois aspectos: o ego (“I”) e o alter-ego (“me”). O aspecto do ego (“I”) representa a reação instintiva, impulsiva e intrínseca do organismo a uma situação específica (Mead 1934:175). O ego é um aspeto instintivo e imprevisível do papel nacional, só podendo ser determinado pelo próprio ator em retrospectiva. A compreensão emerge apenas no diálogo com o alter-ego (“me”). Esse aspecto do ego do papel nacional corresponde ao que Wendt chama de identidade corporativa do Estado (corporate identity). O aspeto do ego do papel nacional (ou seja, a corporate identity) é pré-social no sentido de que não é formado durante as interações do Estado com outros atores do sistema internacional - embora a sua constituição não exclua a interação entre atores no âmbito nacional. O aspeto do ego do papel nacional é constituído por um processo de auto-organização intranacional e homeostático (Wendt 1999: 224–234).

Uma perspectiva alternativa, de origem construtivista social, afirma que todas as racionalidades são construções cognitivas relacionadas ao sistema dominante de conhecimento. A racionalidade é, portanto, discursiva: o conteúdo depende diretamente da compreensão hegemónica da realidade, que pode estar distorcida, por exemplo, devido a suposições erradas/questionáveis sobre amigos e inimigos. A racionalidade é “produzida” e “narrada” através de estratégias de normalização e assume múltiplas versões: institucional, normativa, financeira ou económica.²¹ Ao utilizar uma abordagem histórica tradicional baseada na descrição, os estudos de política externa procuram explicar o comportamento externo de um Estado através dos “imperativos contextuais”. Esses imperativos são as condições geográficas, históricas, económicas e políticas que caracterizam o ambiente externo além das fronteiras dos Estados. Nessa visão, são os fatores externos e não os internos que são considerados como determinantes do comportamento dos Estados e o foco recai principalmente no nível de análise estrutural. Resumindo, a perspectiva tradicional assume de forma sintética que a política externa é formulada de maneira homogénea e unitária, em conformidade com os elementos de poder e com base na definição do interesse nacional. (Mendes, P.E. 2007. p. 131).

²¹ Kurnyshova, Y. & Makarychev, A. 2022. p. 510

Com o surgimento do movimento behaviorista nos Estados Unidos, diversos acadêmicos na área de Ciência política começaram-se a interessar pela política externa e pelo processo de tomada de decisão nesse contexto. Os contributos de Richard Snyder, Bruck e Burton Sapin (ou SBS, de forma a simplificar) foram essenciais ao procurar ultrapassar a abordagem tradicional e desenvolver uma perspectiva mais abrangente da política externa. Ao concentrarem a sua análise nas decisões e no processo de formulação destas, desempenharam um papel central na evolução do estudo da política externa dos Estados como um campo de análise específico. De facto, a abordagem introduzida por SBS representou uma viragem fundamental no estudo da política externa, não tanto pela sua aplicabilidade prática, mas principalmente pelo seu valor teórico - a estratégia de pesquisa introduzida por SBS representa a primeira tentativa de aplicar uma metodologia alternativa à convencional no exame da política externa. A partir desse ponto, o foco de investigação transita da análise de uma abstração concreta - o Estado - para a análise do comportamento dos tomadores de decisão humanos que agem em nome do Estado.²² Com efeito, se anteriormente os Estados eram os principais agentes a serem analisados, com SBS, os protagonistas fundamentais passam a ser os tomadores de decisão. Nesse sentido, o Estado transforma-se, por delimitação metodológica, nos seus próprios decisores oficiais.

No paradigma tradicional, a estrutura interna é entendida como algo fixo, e a política externa inicia onde a política interna termina, como apontado por Kissinger. No entanto, com a perspectiva dos SBS, os fatores externos deixam de ser os únicos e principais determinantes do comportamento externo do Estado. Ainda que sua importância persista, eles passam a integrar um conjunto mais amplo de elementos que moldam uma situação específica, que é definida pela ótica dos tomadores de decisão políticos. (Mendes, P.E. 2007. p. 133)

Nesse segmento do âmbito racionalista da APE, o foco direciona-se a questões procedimentais e, mais especificamente, a várias limitações no processo de identificação e delimitação de problemas de política externa. Há um consenso de que nem todas as alternativas são levadas em consideração pelos decisores de políticas. O processo de tomada de decisão implica a filtragem de certas opções como indesejáveis ou inadequadas, com apenas as restantes sendo avaliadas sob a perspectiva da maximização do poder e minimização de riscos. Consequentemente, os limites cognitivos em relação à possibilidade de tomada de decisões racionais, na esfera da política internacional, resultam em lacunas

²² *Ibidem*

entre a análise racionalizada da política externa e um conhecimento baseado em experiências individuais. Informações incompletas ou intencionalmente distorcidas são características comuns no processo de decisão de políticas. Da mesma forma, novas informações podem ser rejeitadas ou mal interpretadas devido a preconceitos ideológicos pré-existentes, que atuam como fatores limitadores de comportamento (“comportamento tendencioso” *versus* “comportamento otimizador”). Isso contribui para a coexistência de diferentes “regimes de verdade” competindo no processo de tomada de decisões. (Kurnyshova, Y. & Makarychev, A. 2022. p. 509).

Essas abordagens revelam uma importância substancial no trabalho de Graham Allison sobre a Crise dos Mísseis em Cuba. Neste trabalho, a sua preocupação central é demonstrar a íntima relação entre a adoção de um determinado quadro conceitual e a interpretação obtida na análise de um caso particular. Nesse contexto, partindo da problemática da decisão racional, Allison empreende uma sistematização das diversas abordagens pertinentes à análise da política externa dos Estados por meio de três modelos conceituais, que ele designa como “paradigmas”. Primeiramente, o modelo do “ator racional” ou “clássico”, que é o paradigma preponderante utilizado pela maioria dos analistas para explicar o comportamento dos Estados no âmbito da política externa. Em contraposição à explicação oferecida pelo paradigma racional, ele introduz dois modelos explicativos alternativos que substancialmente reorientam a abordagem do analista de política externa intitulados, respectivamente, “modelo de processo organizacional” (Modelo II) e “modelo de política burocrática” (Modelo III).²³

O quadro seguinte representa de forma sucinta e organizada as principais diferenças entre os diferentes modelos:

²³ Mendes, P.E. 2007. p. 136

Tabela 2 - Diferenças entre os modelos de abordagem da Análise de Política Externa.

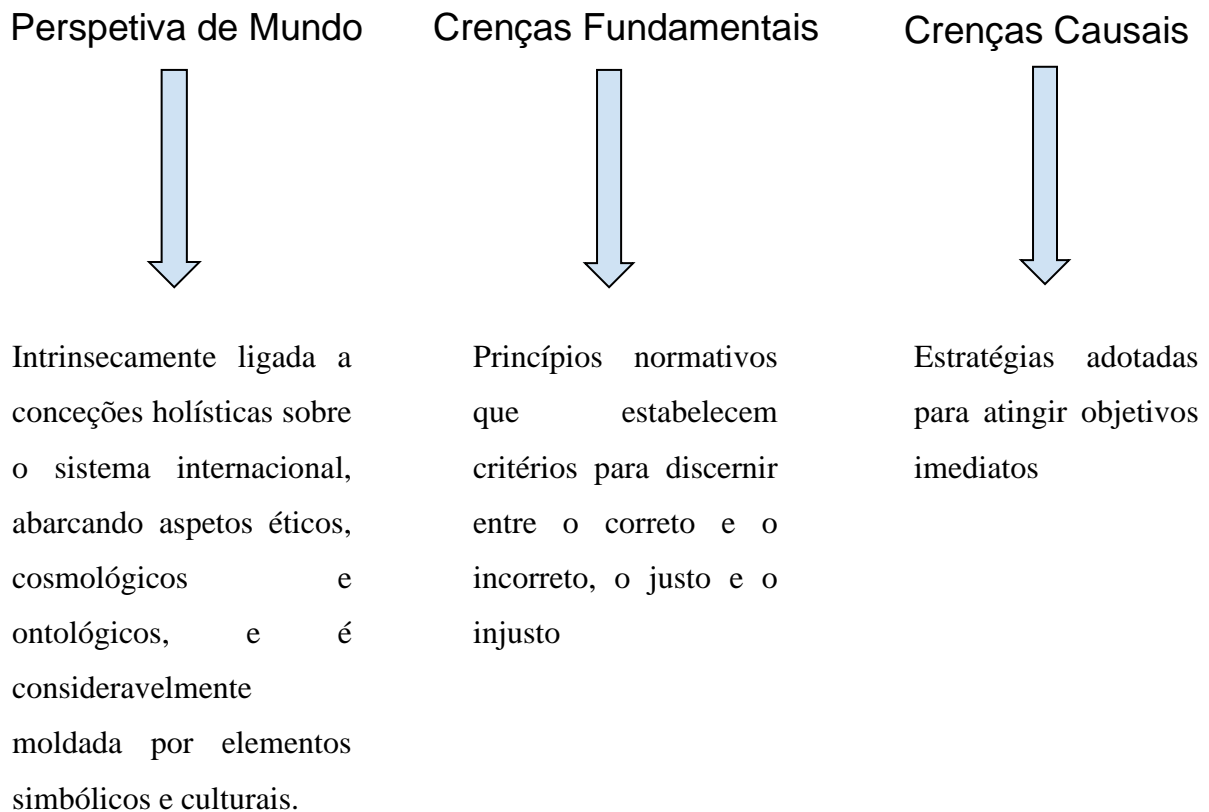
<p>Modelo II - modelo de processo organizacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos atores organizacionais; - Relevância do contexto organizacional; - Política externa é resultado de <i>outputs</i> de grandes organizações; - Compreensão dos processos e procedimentos; - Avaliação dos impactos das disputas políticas resultantes da decisão.
<p>Modelo III - modelo de política burocrática</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação da dinâmica interna para compreender a política externa; - A política externa é o desfecho de negociações entre os principais atores governamentais - Entender quem são os intervenientes; - Determinação da influência relativa de cada interveniente; - Entender o efeito das influências nas decisões governamentais.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor da dissertação.

Para além destas perspetivas, para Kenneth Boulding, autor de *The Image: Knowledge in Life and Society* (1956) e *Conflict and Defense: A General Theory* (1962), cada Estado-Nação representa uma rede complexa de imagens que se formam e sedimentam ao longo do tempo, isto é, ao longo da história - em essência, uma imagem histórica. Neste contexto, os decisores podem possuir uma conceção mais elaborada ou menos sofisticada da imagem nacional e do sistema internacional. Outra perspetiva relevante é a de Robert Keohane e Judith Goldstein (1993) onde realçam a relevância das ideias na explicação dos comportamentos políticos, particularmente aqueles vinculados à política externa. No seu entendimento, acentuam que tanto as ideias quanto os interesses desempenham um papel causal na explicação da ação humana. O ponto principal da sua argumentação reside na influência das ideias nas políticas, uma vez que estas proporcionam um conjunto de

orientações que guiam os tomadores de decisão e delimitam o foco das opções de ação. Para isso, Keohane e Goldstein categorizam três tipos de ideias que exercem influência sobre o comportamento político:

Figura 1 - Três tipo de ideias que exercem influência sobre o comportamento político.



No contexto da análise da política externa, é notório que as ideias têm o poder de impulsionar novas concepções nacionais ou, de maneira mais simples, inspirar novos rumos na formulação das políticas externas dos Estados. Com efeito, novas ideias podem, ainda que de maneira gradual, provocar uma mudança substancial na própria definição dos interesses, sobretudo no âmbito dos interesses nacionais. Desta forma, o empenho em conceitualizar torna-se de particular importância quando a intenção é uma análise holística, que ultrapasse a mera descrição e que pretenda fornecer explicações. À luz dessa perspectiva, mais do que a adoção de um modelo específico, é crucial, tendo em consideração as críticas

à abordagem convencional, empregar uma abordagem coerente e acumulativa que utilize o conjunto de suposições teóricas oferecidas pelos modelos analíticos contemporâneos, com o intuito de ampliar a capacidade explicativa do método histórico. (Mendes, P.E. 2007. p. 142)

2. O CONFLITO DA UCRÂNIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

2.1. Constantes e linhas de força da política externa russa durante o “Consulado” de Putin

A maneira como o Kremlin reage às mudanças de regime em Kiev tem sido frequentemente examinada através de abordagens geopolíticas rígidas e de uma visão estática do interesse nacional russo. É amplamente aceite, muitas vezes numa análise crítica apropriada, que o poder político dentro do Kremlin adere a uma tradição russa que remonta no tempo, alegando legitimidade para uma esfera de influência e acesso às rotas marítimas. Isso é feito mesmo que isso signifique ignorar os interesses de outras nações que são consideradas de menor importância. No entanto, as declarações do Estado da nação durante a era Putin podem ser interpretadas como uma utilização estratégica da História para criar uma narrativa convincente que justifique os interesses tanto de Putin quanto do seu círculo próximo. Esse grupo é frequentemente chamado de “coletivo Putin”, uma estrutura governamental que combina os interesses da oligarquia económica com os interesses dos líderes do Estado, e cujo objetivo é cooperar e equilibrar os diversos grupos de interesse sob uma liderança forte (Monaghan, 2011). Gradualmente, esse “coletivo Putin” estabelece-se como o soberano de um Estado patrimonial (Pipes, 1974), no qual ele assume o papel de líder político e proprietário.²⁴

A manipulação de símbolos da identidade russa e a posição (aparentemente) intocável de Putin no topo da hierarquia de poder do Estado tornam-no uma figura central na construção de um “destino” pós-soviético baseado em representações míticas e emocionais oriundas da “alma russa”. Assim, o discurso torna-se o próprio meio de exercer o poder. O discurso de Putin desempenha um papel marcante na definição das identidades e práticas políticas possíveis e desejáveis na Rússia pós-soviética. Nesse contexto, a construção de uma identidade pós-soviética como uma ordem diferenciada e o conceito de “destino manifesto” como um processo socialmente construído refletem a narrativa que permeia o discurso de poder. Após os acontecimentos económicos recentes na Rússia, em parte como resultado das sanções ocidentais, é vital avaliar até que ponto podemos considerar uma Europa pós-Crimeia como um reflexo das alegadas mudanças na ordem europeia devido à alteração das fronteiras entre Rússia e Ucrânia. Que tipo de repercussões

²⁴ Ferreira, M.F., 2015-2016. p.77

terão estas ações e, para a Europa, que abraça fortemente a paz liberal, que tipo de resposta pode surgir face a estas mudanças?

A configuração geopolítica que surgiu após o fim da Guerra Fria trouxe desafios substanciais à União Europeia (UE), o que a levou a desenvolver e consolidar uma vertente de política externa como uma medida preventiva contra potenciais instabilidades políticas e caos económico que poderiam afetar a coesão interna do bloco. Com o desenvolvimento da política externa da UE, durante os anos 90, foram firmados os Acordos de Parceria e Cooperação (APCs). Esses acordos estabeleciam estruturas para colaboração abrangendo diversas áreas, como diálogo político, cooperação económica, cultura, ciência e assistência. A importância dada ao tema da segurança na PEV é claramente posicionada para salvaguardar a UE contra ameaças externas, tendo como objetivo o “círculo de amigos”, “prevenir novas divisões na Europa” e “promover estabilidade e prosperidade”. A aspiração de manter a estabilidade nas fronteiras da UE carrega um alcance transformador significativo. As relações privilegiadas, que visam impulsionar a estabilidade política e económica na vizinhança, eram baseadas na disseminação do modelo liberal da União e na capacidade unipolar da UE de definir o que é normativo e aceitável.²⁵ Entretanto, os progressos políticos limitados no contexto das interações entre a UE e a vizinhança oriental - tais como a guerra russo-georgiana de 2008 e as severas crises económicas enfrentadas pelos países da região em 2009 - intensificaram as apreensões da UE em relação à segurança, estabilidade e progresso económico nesse domínio. Diante dessa delicada conjuntura, a UE lançou a Iniciativa Parceria Oriental (EaP) em 2009, com o objetivo de aprimorar o seu envolvimento na região para mais efetivamente alcançar os objetivos de segurança que fundamentam as políticas em direção ao Leste. (Dias, V. A. 2018. p. 66)

Uma das características mais proeminentes da Iniciativa Parceria Oriental (EaP) reside na sua abordagem dupla, combinando relações bilaterais, que procuram a associação política dos países vizinhos da UE e a sua integração económica, com uma perspetiva multilateral, que apoia a colaboração regional e o reforço das ligações de interdependência entre os parceiros da EaP. Aliando-se à Iniciativa, os DCFTAs, as Áreas de Livre Comércio Abrangentes e Aprofundadas (DCFTAs), representam ferramentas do poder estrutural da UE que têm impacto considerável nos sistemas domésticos dos Estados signatários e no seu

²⁵ Boedeltje & van Houtum, 2011; Nilsson & Silander, 2016.

contexto regional. Esses documentos incorporam a convergência económica, legal e regulatória com os padrões da União Europeia. Contudo, vão além de questões de caráter técnico, incidindo sobretudo na transformação da qualidade da democracia, governança e Estado de Direito nos países vizinhos.²⁶

A constatação de que os DCFTAs oferecem benefícios limitados para a UE, destaca a natureza política e voltada para a segurança dos Acordos de Associação (AAs) e o objetivo final de atrair os países vizinhos para a esfera de influência da UE. É neste ponto que a política externa da UE entra em conflito com a política externa russa. Nesse nível de análise, podemos compreender a relutância da Rússia quanto ao aumento do envolvimento da União Europeia na direção oriental, pois a Rússia teme que Bruxelas possa persuadir os países na sua vizinhança, a se aproximarem da UE, contrariando as ambições russas de manter o seu domínio estratégico sobre essas regiões (Herd, 2010, p. 14).

Em linhas gerais, as relações da Rússia com os seus países vizinhos têm-se pautado nas suas vantagens comparativas e em estratégias abrangentes nos campos militar, político e económico, com o propósito de maximizar ganhos e minimizar perdas geopolíticas decorrentes da expansão das instituições ocidentais, tais como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).²⁷ No contexto dessa estratégia, a energia desempenha um papel central como meio de condicionamento, tanto positivo quanto negativo. Isso traduz-se, na prática, numa trajetória na qual a Rússia tem o histórico de recompensar governos cooperativos com reduções de preços e amnistia de dívidas, enquanto governos considerados hostis enfrentam retaliações como embargos energéticos e substanciais aumentos nos preços (Wolczuk, 2016, p. 3). No contexto das abordagens russas, surge assim o foco na promoção de partidos políticos pró-russos e organizações não-governamentais na sua vizinhança, assim como a crescente ênfase no conceito de “democracia soberana” como contraposição à agenda liberal imposta pela União Europeia (Tolstrup, 2009, pp. 932-933). O propósito subjacente é estabelecer uma pauta normativa ancorada num governo autoritário, uma perspectiva minimalista da democracia e a capacidade de conduzir estratégias de política externa independentemente das visões e interesses de poderes externos à esfera pós-soviética - essa abordagem visa rivalizar com o aumento da

²⁶ Dias, V. A. 2018. p. 67

²⁷ Dias, V. A. 2018. p. 69

intervenção da União Europeia na área de influência e interesses russa. (Finkel & Brudny, 2012; White, 2012, p. 358)

A intersecção das políticas da UE e da Rússia, evidenciada na crise ucraniana, demonstra que, apesar das diferenças evidentes entre as duas entidades, ambas adotam uma abordagem bastante similar quanto à sua influência nos países vizinhos - ambos atores numa compreensão abrangente de segurança, onde a estabilidade interna e a credibilidade como atores globais dependem da habilidade de monitorizar e influenciar eventos transfronteiriços (Nitoiu, 2011, p. 462). No entanto, isso não significa que a UE e a Rússia estejam permanentemente em conflito, até pelo contrário, tanto Bruxelas quanto Moscovo reconhecem a natureza interdependente da segurança europeia e estão dispostos a colaborar em várias esferas (Headley, 2012, p. 445). Esta cooperação entre a UE e a Rússia teve início com a ratificação do Acordo de Parceria e Cooperação (APC) em 1997 e foi fortalecida através do uso de instrumentos como a Estratégia Comum da UE em relação à Rússia, aprovada em 1999, e os Quatro Espaços Comuns estabelecidos em 2003 no âmbito do APC existente. Contudo, as relações entre a UE e a Rússia não têm sido tão harmoniosas, sendo que, para além das tensões iniciais associadas às preocupações russas de serem tratados como um parceiro secundário pela UE, a dinâmica regional pós-ampliação da UE e o crescente foco de Bruxelas na Europa Oriental, juntamente com a postura mais assertiva e pragmática adotada por Moscovo sob a liderança de Vladimir Putin, introduziram um nível considerável de complexidade e controvérsia nas relações entre a UE e a Rússia. (Haukkala, 2015).

A “competição” atingiu o ponto culminante durante a crise ucraniana. A decisão repentina da Ucrânia de não assinar o Acordo de Associação e Área de Livre Comércio Abrangente (AA/DCFTA) com a UE na cúpula da Parceria Oriental em Vilnius, em novembro de 2013, foi amplamente interpretada pela UE como uma interferência direta da Rússia no processo de integração europeia do país. Essa situação causou grande frustração na sociedade civil ucraniana, resultando no movimento Euromaiden, na destituição do presidente Yanukovitch e na eleição de um governo mais pró-europeu (Sotiriou, 2016, p. 58). A crise na Ucrânia foi vista por Moscovo como uma tentativa inconstitucional de minar os interesses russos na região e a insatisfação de Moscovo em relação ao movimento Euromaidan resultou no apoio aos movimentos separatistas no leste do país e na anexação da Crimeia em março de 2014. Em resposta à percepção de perda de influência, a Rússia tomou controlo militar total da Crimeia e realizou um referendo apressado, a 16 de março, que levou à incorporação da península ao território russo. A anexação da Crimeia e a

participação ativa da Rússia no conflito transmitiram uma mensagem inequívoca aos países vizinhos: somente ao alinharem-se com a Rússia poderiam garantir a estabilidade dos seus territórios, enquanto um maior envolvimento com a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) poderia causar implicações graves para a sua integridade territorial.²⁸

Focando agora mais diretamente na política externa russa, podemos argumentar que tem como objetivo global restaurar a Rússia como um importante “polo de poder” num mundo multipolar. Após o retorno de Vladimir Putin à presidência em maio de 2012, o Kremlin intensificou as suas ambições e assertividade regional, deixando clara a sua intenção de reverter as crescentes influências dos Estados Unidos na Europa Central e Oriental, bem como na ampla região da Eurásia. Mesmo quando não consegue pressionar os países vizinhos a aderirem aos seus mecanismos de integração económica e de segurança, o Kremlin tenta neutralizar as capitais próximas, evitando que elas se associem à OTAN e à UE. No contexto desse projeto geopolítico russo, o Mar Negro desempenha um papel de extrema relevância, representando um elemento fundamental das suas aspirações revisionistas e uma tentativa de reverter os avanços da OTAN nas décadas recentes. A intenção subjacente é salvaguardar a costa meridional russa, exercer pressão sobre os vizinhos mais vulneráveis e restringir o acesso da OTAN à Ucrânia, Moldávia e à área do Cáucaso como um todo.²⁹ Com a obtenção do controlo sobre a Crimeia, a Rússia expandiu as suas fronteiras marítimas, abrangendo a zona económica exclusiva (ZEE) que se estende por 200 milhas náuticas, conferindo o controlo do acesso ucraniano às águas de mar aberto do Mar Negro, o que resulta na diminuição do litoral ucraniano e na diminuição da autonomia energética - enquanto proporciona vastas reservas de petróleo e gás na região da Crimeia. O porto crucial de Sevastopol permitiu que a Rússia comissionasse e implantasse novas embarcações, bem como fortificações costeiras, forças terrestres e aéreas. Essa expansão territorial ampliou a plataforma continental russa, concedendo direitos sobre recursos valiosos do subsolo marinho, como os campos de petróleo e gás de Pallas. Desta forma, a Frota do Mar Negro permite garantir a segurança da navegação e das rotas de comunicação marítima, confrontar grupos navais da OTAN e manter a influência russa na provisão de energia da Bacia do Cáspio à Europa. (Bugajski, J., & Doran, P. 2016. p. 8) É com estas redes de distribuição energética e controlo de diversos recursos que é possível

²⁸ Dias, V. A. 2018. p. 73-74

²⁹ Bugajski, J., & Doran, P. 2016. p. 5.

remodelar a geopolítica de uma região, influenciar a importância geoestratégica de certos Estados e criar interdependência entre produtores, consumidores e nações de trânsito. Nesse sentido, as infraestruturas energéticas desempenham um papel decisivo na “estruturação, delimitação e conexão espacial”, destacando-se que os gasodutos na região da Eurásia, liderados pela Rússia, representam uma forma subestimada de “interconectividade espacial”.

Um exemplo notório é o gasoduto Nord Stream, que foi inaugurado entre os anos de 2011 e 2012. Este gasoduto estabelece uma conexão direta entre as cidades de Viborg, na Rússia e Greifswald, localizada na Alemanha, atravessando o Mar Báltico. A implantação desse gasoduto ilustra de maneira exemplar como a criação de novas ligações de transporte fortalecem os laços entre o país produtor e o país consumidor, reduzindo, ao mesmo tempo, a importância de nações tradicionalmente utilizadas como territórios de trânsito, como o caso da Ucrânia. É crucial entender que as dependências europeias em energia russa significam 40% das suas importações de gás natural, juntamente com 32% do petróleo bruto e 30% dos combustíveis sólidos. A intensidade da dependência dos Estados-Membros da UE em relação ao petróleo e gás importados da Rússia é variável, sendo especialmente proeminente na Europa Central e Oriental. Em 2017, nações como Áustria, Finlândia, Hungria e Eslováquia tinham uma completa dependência do gás proveniente da Rússia, enquanto a dependência atingia cerca de 80% para Grécia e Polónia, 65% para a República Checa, 55% para a Alemanha e mais de 30% para Itália e França. (Tomé, L. 2018. p. 83).

Apesar do poder e influência energética russa, focar apenas no poder é apenas parcialmente esclarecedor ao se tentar determinar o processo de decisão russo. Embora os formuladores de políticas russos frequentemente recorram a esses objetivos (como a segurança) para justificar as ações estatais, o contexto mais amplo do comportamento russo é influenciado por valores e ideologias de interesse nacional. Cada uma dessas ideologias conferia ao Estado um senso de propósito, princípios éticos e um pano de fundo significativo para a ação. Ao longo dos séculos, a ideologia predominante da autocracia cristã foi-se alterando, principalmente no que diz respeito aos valores nacionais, substituindo o Cristianismo e a autocracia por crenças no comunismo. (Tsygankov, A. 2016. p. 9)

Após a dissolução da União Soviética e durante o período em que Boris Yeltsin liderou o país, a orientação internacional russa estava firmemente voltada para a ocidentalização, sendo considerada uma questão de grande relevância estratégica. Através da “Nova Rússia”, finalmente, existia a oportunidade de se transformar numa nação

ocidental “típica”. Esta perspectiva, baseada no pensamento ocidentalista enraizada na Rússia, argumentava que o país seguiria um percurso de desenvolvimento paralelo ao do Ocidente, atravessando as mesmas fases de progresso. Em relação à política externa, tanto Yeltsin como o Primeiro-Ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev, foram influenciados pelas crescentes críticas no Ocidente à reforma socialista implementada por Mikhail Gorbachev. O momento-chave desta nova perspectiva foi a nomeação de Primakov como Ministro das Relações Exteriores por Yeltsin.³⁰ Assim, na metade da década de 1990, houve uma mudança significativa na política externa russa. A partir desse ponto, as prioridades passaram a envolver a melhoria das relações com nações não ocidentais e a adoção de uma abordagem “multi-vetorial”, que visava preservar a independência da Rússia e cultivar relações mais equilibradas com as nações ocidentais.

Esta abordagem mais defensiva da política externa russa foi uma resposta à relutância dos países ocidentais em acomodar a ambição russa de se alinhar com o Ocidente e à incapacidade do Kremlin de impulsionar uma resposta unilateral. A liderança russa esperava um apoio rápido e abrangente do Ocidente à sua nova visão pró-ocidental, contudo, o que se seguiu foi a expansão da OTAN para o leste, uma decisão que reforçou a percepção de que a Rússia não estava a ser aceite como parte do Ocidente e proporcionou argumentos para a coligação questionar os objetivos do governo pró-Ocidente. Nos anos 2000, com Vladimir Putin a assumir a presidência em março desse ano, uma nova mudança de direção ocorreu na política externa russa, que valorizava a preservação do “status” de potência mundial e considerava a Rússia como parte integrante do Ocidente. Além disso, a Rússia procurou fortalecer a sua posição no mercado global de energia, expandindo redes de oleodutos em várias direções geográficas, adquirindo participações em empresas estrangeiras, aumentando os preços da energia para nações vizinhas dependentes de petróleo e gás e procurando o controlo sobre as redes de transporte de energia na antiga URSS.³¹ Nesse contexto, um novo consenso emergiu na política externa russa, defendendo uma abordagem assertiva com o objetivo de alcançar o desenvolvimento, estabilidade e segurança. Em resposta à crise financeira mundial e aos esforços dos Estados Unidos para “redefinir” as relações com a Rússia, o Kremlin enfatizou uma postura mais cooperativa e, sob a liderança de Dmitry Medvedev, a abordagem russa ao cenário internacional assumiu uma dimensão mais subtil, orientada pela necessidade de modernizar a economia interna.

³⁰ Tsygankov, A. 2016. p. 9

³¹ Tsygankov, A. 2016. p. 10

Indo de encontro a estas questões de política externa, a obra *Política Externa da Rússia: Ideias, Política Doméstica e Relações Externas*, editado por David Cadier e Margot Light, examina as questões internas russas e a influência nas suas recentes decisões e práticas. Embora muitos desses *insights* não sejam novos, Margot Light ilustra como a procura pela posição de Grande Potência, a inclinação por um mundo multipolar e a defesa dos princípios de soberania, integridade territorial e não interferência em assuntos internos de Estados têm emergido como preocupações recorrentes na política externa russa. Esta análise destaca uma “transformação ideológica” na política externa russa, refletindo um discurso cada vez mais conservador e nacionalista e uma mudança na posição internacional russa de Estado de status quo para Estado revisionista. (Omelicheva, M. Y. 2017. p. 90-92)

A política externa de Moscovo não tem apenas servido para obter apoio público para o regime internamente e para elevar o “status” da Rússia internacionalmente mas também os discursos oficiais acerca da identidade russa e das relações de poder domésticas têm funcionado como uma “justificação estratégica” e uma ferramenta persuasiva ideológica para a projeção do *soft* e *hard power* de Moscovo nos países vizinhos e além.³² Consequentemente, a diretriz da política externa russa é orientada para antecipar e liderar acontecimentos no cenário internacional, manter um papel de destaque em questões globais, advogar os seus interesses e empregar tanto ferramentas tradicionais de “*hard power*” quanto a construção da sua presença internacional e o emprego de “*soft power*” para proteger e promover os seus objetivos.³³

No entanto, a emergência da “Nova Rússia” não se equiparava à influência global que a URSS exercia como superpotência nos assuntos internacionais. A Rússia herdou os resquícios da União Soviética, mas não o seu status de superpotência, sendo assim inserida na “Nova Ordem Mundial” delineada pelo Ocidente. Durante as últimas décadas, a participação da Rússia pós-soviética nos assuntos internacionais revelou uma dinâmica complexa na sua política externa e postura no cenário global. Em certas ocasiões, a sua abordagem foi predominantemente pró-Ocidente, enquanto noutros momentos adotou uma postura anti-Ocidente - embora sem cruzar o limiar de ameaça a uma guerra global.

Sob a presidência de Vladimir Putin, em 2000, uma série de novos documentos relacionados à segurança foram promulgados, sendo o mais notável o conceito de segurança

³² *Ibidem*

³³ Omelicheva, M. Y. 2017. p. 90-92

nacional de 2000. O aspecto mais relevante do conceito de 2000 foi o reconhecimento da importância e a ampliação dos tipos de ameaças externas à segurança russa. Tais ameaças incluíam o enfraquecimento da OSCE e da ONU, a redução da influência política, econômica e militar russa no mundo, a consolidação de blocos e alianças político-militares (especialmente a contínua expansão da OTAN em direção ao Leste), a proliferação de armas de destruição em massa e os seus meios de distribuição, o declínio da CEI, o aumento dos conflitos nas fronteiras dos membros da CEI e as reivindicações territoriais contra a Rússia (Putín, 2000a).

Desta forma, ficou evidenciada a ênfase na tendência intrínseca das relações internacionais em direção a um cenário multipolar, ancorado no direito internacional, no qual a Rússia desempenharia um papel fulcral. O documento ressalta a preocupação com a mudança da política da OTAN para a utilização de força militar além da sua área tradicional de atuação, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, o que representaria uma grave ameaça à estabilidade global. Essas tendências poderiam fomentar uma nova fase de corrida armamentista entre as principais potências globais destacando também o uso generalizado de táticas de guerra de informação, as possíveis implicações catastróficas de incidentes técnicos resultantes de ataques a instalações nucleares, químicas e industriais, a participação de forças irregulares/paramilitares em conjunto com as forças regulares e o risco elevado de escalada de conflitos armados para confrontos em larga escala envolvendo armas de destruição em massa. (Sergunin, A. 2016. p. 156)

O chamado “conflito do gás” com a Ucrânia, que teve consideráveis repercussões para a Europa, expôs a vulnerabilidade da Rússia no setor energético e a sua dependência das nações que transportavam as energias, colocando em questão a sua reputação como um fornecedor energético confiável. A partir desse conflito inesperado, a colaboração econômica e ecológica em âmbito internacional foi reavaliada como crucial no delineamento da política externa russa. A colaboração com os países de trânsito deveria ser orientada para resguardar os interesses nacionais russos, especialmente no âmbito energético, e fundamentada na premissa do progresso sustentável.

No entanto, a crise ucraniana, desencadeada em 2014, provocou uma revisão substancial da base conceitual e doutrinária das políticas de segurança nacional e externa da Rússia, começando pela estratégia militar do país. Em 26 de dezembro de 2014, o presidente Vladimir Putin assinou uma versão atualizada da doutrina militar, que identificava como

principais ameaças externas à segurança russa o “acúmulo militar da OTAN” e a sua expansão em direção às fronteiras russas. Em julho de 2015, o presidente Putin aprovou uma nova versão da doutrina marítima russa, que abrangia elementos tanto navais quanto civis (Putin 2015a). Além disso, um plano de modernização da frota nuclear estava em vigor até 2020, em conjunto com o aprimoramento das forças navais.³⁴

Em 31 de dezembro de 2015, o presidente Vladimir Putin aprovou uma nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS), na qual atribuiu uma atenção substancial aos aspectos internos da segurança russa. A NSS-2015 também atribuiu responsabilidades ao Ocidente pela crise ucraniana, acusando-o de promover “revoluções coloridas”, minar os valores religiosos e morais tradicionais russos, e fomentar tensões na região euroasiática, representando, assim, uma ameaça multifacetada e interconectada à segurança nacional russa (Putin 2015b). Desta forma, a atual personalidade política do poder russo que observamos é o resultado da interação entre a ideologia e as circunstâncias em que os líderes soviéticos emergiram e exercem a sua autoridade há décadas na Rússia. Analisar psicologicamente essa interação e determinar o papel relativo de cada componente na definição das políticas oficiais soviéticas é um desafio complexo, porém imprescindível para compreender e abordar de maneira efetiva esses comportamentos.³⁵

Para Putin, a sua visão política sobre o papel da Rússia no cenário global alinha-se com o *focus* no Estado, especialmente quando examinamos as suas iniciativas em esferas como a segurança nacional e identidade cultural - as quais refletem uma perspectiva de caráter civilizacional e uma renovada confiança nas instituições estatais. Conforme Putin, a Rússia não se encaixa de maneira puramente ocidental ou oriental, sendo uma potência global em si mesma, com a segurança e a integridade como objetivos supremos do governo. Na sua perspectiva, o papel do Estado é essencial no ressurgimento da Rússia como potência global, sendo que considerações como a importância de uma sociedade civil florescente e de instituições democráticas, são essencialmente inconciliáveis com a situação atual na Rússia. Sendo assim, foram adotadas medidas com o objetivo de reduzir a participação de capital privado na economia, particularmente nos setores industrial e de recursos naturais, com o Estado a controlar as principais fontes de receita. Essas tendências provocaram um distanciamento considerável da Rússia em relação ao Ocidente e numa tensão política com os Estados Unidos. O foco no Estado como entidade central - o que exclui os atores civis do

³⁴ Sergunin, A. 2016. p. 165

³⁵ Tuathail, G., Dalby, S., & Routledge, P. 1998. p. 61

processo político - coloca os defensores desse “estadismo” em oposição direta aos ocidentalistas. Como parte das reformas empreendidas por Putin, os poderes executivo e legislativo foram amalgamados, e vários funcionários governamentais também se tornaram membros do partido dominante, o Rússia Unida, liderado por Putin. Esse cenário assemelha-se à predominância do Partido Comunista na política da era soviética. Durante o governo de Putin, os partidos opositores e as figuras proeminentes contrárias ao “*establishment*” foram efetivamente marginalizados, a fim de alcançar os objetivos do Estado.³⁶

Putin também manifestou interesse na adesão da Rússia à OTAN, assim como Yeltsin havia feito, no entanto, após essas tentativas iniciais, não houve ação subsequente para garantir a inclusão da Rússia na comunidade europeia. Para além disso, Putin adotou medidas para realçar a dependência de muitos países europeus em relação aos recursos energéticos russos, expondo assim a sua vulnerabilidade económica. De facto, ele ordenou repetidas vezes a interrupção do fornecimento de gás natural para a Europa durante o inverno, o que prejudicou as relações com múltiplos líderes ocidentais.

Após a interrupção súbita da energia, os países ocidentais aperceberam-se da dependência energética que sofriam e que confiavam a um Estado cuja visão de Política Externa não se alinhava com as suas. Dentro do país, surgiu a percepção de que uma antiga grande potência estava a ser rebaixada a um humilhante *status* de prestador de serviços ao Ocidente. Além disso, a mudança no equilíbrio de poder no sistema global deixou os Estados Unidos como a hegemonia indiscutível, e uma série de ações empreendidas pelos EUA e outras nações ocidentais levaram Moscovo a argumentar que o Ocidente estava determinado a impor as suas próprias condições no palco internacional. Conforme Dmitri Trenin, membro do Conselho de Política Externa e de Defesa da Rússia, “o Ocidente convidou a Rússia a se unir, mas deixou uma abertura mínima”. Por isso, o plano de inserção russa em instituições ocidentais nascera condenado devido à sua interrupção.³⁷

Vários exemplos destacam essa deficiência na integração, tais como em relação à OTAN, enquanto outras nações do antigo Pacto de Varsóvia eram atraídas pelo crescente Ocidente, a Rússia recebeu novas propostas, porém manteve-se distanciada. O Conselho Rússia-OTAN tinha a finalidade de alinhar agendas de segurança e fomentar reformas militares na Rússia, porém converteu-se num fórum de colaboração técnica, coexistindo à

³⁶ Kasymov, S. 2012. p. 63

³⁷ Moulioukova, D. 2011. p. 13

margem da OTAN. No entanto, na prática, estas agendas, destinadas a ampliar a cooperação com base em maior compatibilidade, careciam de metas tangíveis. Isso gerou uma ampla sensação de decepção no modo como o Ocidente abordou a Rússia, prejudicando de forma notável a imagem ocidental. De forma a restabelecer laços económicos bilaterais, Putin reiterou o controlo sobre várias propriedades estratégicas e infraestruturas de transporte das ex-repúblicas, especialmente instalações energéticas e gasodutos. A sua política pode ser mais bem caracterizada como uma busca pela modernização da Rússia, em vez de priorizar alianças diplomáticas estratégicas ou culturais. Como um ator internacional que agia com cautela, a liderança de Putin promovia uma agenda política própria visando a salvaguarda dos seus interesses globais. (Moulioukova, D. 2011. p. 16)

É esta salvaguarda dos seus interesses globais que é dada como justificação para os eventos ocorridos na Ucrânia em 2014 e em 2022, que deixaram claro que as relações da Rússia com o Ocidente e os países vizinhos - ex-repúblicas soviéticas - não podem ser analisadas de maneira isolada. A expansão da OTAN e da União Europeia, bem como o seu crescente impacto e parcerias na região, foram interpretadas em Moscovo não apenas como uma violação dos interesses geopolíticos russos por parte do Ocidente, mas também como uma ameaça à sua “identidade civilizacional” e narrativa histórica.

Podemos então defender que o colapso da União Soviética foi uma perda significativa para a Rússia que transcendeu a mera perda de territórios coloniais; representou também uma perda de identidade. Os limites políticos, históricos, culturais e étnicos mantidos pela maioria dos russos, não encontram total congruência. Não existem critérios claros e historicamente coerentes para distinguir entre “nós” e “eles” na consciência russa. A incerteza em relação às fronteiras da identidade russa têm desempenhado um papel significativo ao longo dos últimos trezentos anos no desenvolvimento histórico da Eurásia, acarretando implicações complexas e, por vezes, contraditórias para a estabilidade, segurança e paz na região.

Alguns intelectuais russos têm tendência a definir a singularidade russa não em termos de características étnicas específicas, como música, dança ou culinária distintas, nem tão pouco com base na soberania política de uma nação, mas sim em termos de uma civilização com valores, atitudes e uma “espiritualidade” e “universalismo” únicos. Durante a era soviética, a “universalidade” dos russos, conforme expressada por Dostoiévski, adquiriu um novo manto marxista, embora essencialmente permanecesse a mesma: a

diluição da identidade étnica e nacional em missões humanitárias ou sociais mais amplas. Após o colapso da União Soviética, esse conjunto de ideias assumiu a forma do conceito de civilização russa. (Zevelev, I. 2016. p 7)

A história intelectual russa deixou uma marca profunda na política externa contemporânea, moldando uma persistente mentalidade que entende o Ocidente como o “Outro”, algo contrastante e oposto ao “Eu”. A região pós-soviética é predominantemente considerada como um campo de competição por poder e influência entre a Rússia, de um lado, e os Estados Unidos, a OTAN e a Europa, do outro.

Ficou evidente que a identidade nacional russa deixou de ser um tema meramente acadêmico para se tornar uma preocupação de segurança e política externa. Tanto o presidente Putin quanto Sergey Lavrov, que se envolveu nos esforços oficiais de narração, construíram uma narrativa oficial que reflete uma perspectiva particular do mundo, alicerçada na interpretação do Kremlin sobre a história e a identidade nacional russa.³⁸

Em 2016, Sergey Lavrov, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, redigiu um artigo intitulado *Política Externa da Rússia: Contexto Histórico*. Este artigo oferece uma perspectiva significativa sobre a atual política externa russa, as suas bases filosóficas e a visão geral da elite russa. A importância não reside tanto na avaliação da sinceridade dos membros individuais do aparato oficial russo em relação a cada postulado específico dessa filosofia, mas sim na observação de como eles se sentem compelidos a desenvolver e executar as suas políticas de forma coerente com a narrativa central. Toda esta busca pela identidade Russa, reflete a busca pelo equilíbrio interno na definição da identidade, ao mesmo tempo que demonstram a complexidade da identidade na política externa e como esses equilíbrios são reconfigurados. Tsygankov categorizou essas identidades em torno de três eixos na formulação de políticas: os ocidentalistas, que advogam por uma maior aproximação com o Ocidente e o compartilhamento de valores e modelos de desenvolvimento; os civilizacionistas, que enfatizam a dimensão asiática como forma de destacar a singularidade russa e como alternativa à hegemonia ocidental; e os estadistas, que valorizam a autonomia russa e a manutenção de uma esfera de influência. Essas abordagens - ocidentalistas, civilizacionistas e estadistas - coexistem na política externa russa, contribuindo para a criação de uma identidade múltipla que permite flexibilidade nas escolhas, enquanto mantém compromisso com o passado e o desenvolvimento histórico da Rússia em várias direções.

³⁸ Zevelev, I. 2016. p 9-11

Grandes eventos recentes, como as mudanças na liderança dos Estados Unidos, o Brexit, conflitos na Ucrânia e Síria e a contínua ascensão da China, têm alimentado uma reexame da ordem internacional para uma “nova ordem”.³⁹ Esse contraste delineado por Moscovo expõe as vulnerabilidades que a Rússia percebe no Ocidente, tanto nos Estados Unidos sob a liderança de Trump quanto na União Europeia.

As ações russas na Ucrânia e a estratégia russa de instigar instabilidade no Leste da Ucrânia, mantendo assim uma área de influência próxima às fronteiras da União Europeia, tem por intuito resguardar os seus interesses numa região que está gradualmente a se afastar das diretrizes russas. Não obstante, essas ações da Rússia encontraram reprovação por parte do Ocidente, resultando na imposição de sanções por parte da União Europeia e dos Estados Unidos e, inevitavelmente, a criação de um conflito bélico internacional. Isso, adicionalmente, fortaleceu a identidade ucraniana e estreitou os seus laços com a UE. Conseqüentemente, o reconhecimento do status da Rússia tem as suas restrições, pois, apesar da Rússia poder afirmar a sua proeminência e revelar a sua determinação política, enfrenta considerável resistência, o que culminou no seu isolamento. É importante notar que a dimensão militar sempre constituiu um pilar fundamental das estratégias russas após a Guerra Fria, e a modernização das Forças Armadas foi estabelecida como um objetivo em fases iniciais. Primeiramente, há uma amplificação do foco no aparato de segurança em âmbitos tanto individual quanto institucional; em segundo lugar, verifica-se uma priorização das questões político-militares em detrimento das considerações económicas, apesar do reconhecimento da sua relevância e, terceiromente, observa-se uma postura assertiva que concilia objetivos de segurança com interesses económicos, visando a incorporação dos alvos económicos no “scope” da estratégia de influência e ressurgimento da Rússia como potência global. (Freire, M. R. 2017. p. 44)

O surgimento da China como ator global, juntamente com o desenvolvimento de estruturas e iniciativas multilaterais na esfera económica e financeira lideradas por Pequim, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, também sinalizam um ambiente competitivo onde a Rússia encontra dificuldade em competir de maneira significativa. A proposta russa de colaborar na iniciativa chinesa “*One Belt, One Road*” e na Área de Livre Comércio da União Económica Euroasiática evidencia a disposição russa em aumentar e

³⁹ Freire, M. R. 2017. p. 41

revigorar os seus laços com a potência económica chinesa, ao mesmo tempo que procura manter algum grau de influência nos processos.

Em face a contextos adversos, a Rússia tem adotado uma postura assertiva, como evidenciado no caso mais recente da Ucrânia, procurando superar as limitações identificadas através de ações impactantes, projetando uma imagem de crescente poderio russo no cenário internacional. No entanto, como já mencionado anteriormente, entre as palavras e a prática, entre discursos e ações, pode haver resultados imediatos, mas a longo prazo tais atitudes podem levar ao isolamento e à diminuição da relevância da Rússia.⁴⁰

2.2. Alexandr Dugin, o “Guru” de Putin

Aleksandr Gelyevich Dugin, nascido em 1962, emerge como uma representação intelectual de certas tendências. No cenário político de direita na Rússia desde o colapso da União Soviética, Dugin destacou-se como uma figura proeminente, especialmente como líder do movimento neo-eurasianista internacional. Apesar das suas atividades políticas diversas e, por vezes, agitadas, Dugin é, acima de tudo, um teórico político cujas ideias têm gradualmente ganho destaque e notoriedade internacional. Recentemente, a sua construção teórica principal concentra-se na “quarta teoria política”, uma abordagem distintiva que procura delinear uma visão de uma ordem mundial pós-liberal e autenticamente multilateral. Dugin havia concorrido à Duma pelo PNBE em 1995, mas obteve apenas um por cento dos votos. Alterando a sua abordagem estratégica, abandonou a tentativa de criar o seu próprio partido dissidente e, em vez disso, adotou a estratégia mais eficaz de se tornar o pensador fundamental para todos os partidos importantes, incluindo o Rússia Unida de Putin, o PCFR de Ziuganov e o Partido Liberal Democrático da Rússia, de orientação ultranacionalista, liderado por Vladimir Jirinovski. Neste papel, obteve um êxito notável.

A premissa central do Eurasianismo de Dugin é que o “liberalismo” (compreendendo todo o consenso ocidental) representa uma ameaça à estrutura hierárquica tradicional do mundo. Ao ecoar as ideias de teóricos nazis como Karl Haushofer, Rudolf Hess, Carl Schmitt e Arthur Moeller van der Bruck, Dugin argumenta que esta ameaça liberal não é algo recente,

⁴⁰ Freire, M. R. 2017. p. 45

mas sim a ideologia da potência cosmopolita marítima “Atlântida”, que conspirou para subverter sociedades mais conservadoras baseadas em terra desde a antiguidade. Para vencer este combate contra os disseminadores oceânicos de ideias “racistas” (por serem impostas por estrangeiros) - como os direitos humanos -, a Rússia precisaria unir todas as potências continentais, incluindo Alemanha, Europa Central e Oriental, as ex-repúblicas soviéticas, Turquia, Irão e Coreia, numa União Eurasiática robusta o suficiente para superar o Ocidente.⁴¹

O status de Dugin como uma espécie de eurasiático independente e um “think tank” conservador com vínculos com as esferas de poder, coloca-o na esfera de influência da administração de Vladimir Putin. Esse alinhamento tornou-se mais evidente durante o segundo mandato presidencial de Putin (2004–2008) e no seu período como primeiro-ministro (2008–2012), nos quais o nacionalismo conservador foi adotado de forma mais explícita como uma nova ideologia estatal. Inicialmente, Dugin expressou ambivalência em relação a Putin, destacando criticamente, na sua escrita, o pragmatismo do novo presidente e a falta inerente de uma ideologia base. A proximidade aparente entre as visões políticas de Dugin e Putin foi fortalecida pelo anúncio público feito por Putin em 2011, expressando a intenção de construir uma União Económica Eurasiática junto com as repúblicas da Ásia Central e a Bielorrússia, e especialmente pela anexação da Crimeia em 2014. Esse cenário levou os meios de comunicação ocidentais a rotularem Dugin como o “Rasputin de Putin” e, ao mesmo tempo, o seu livro sobre geopolítica foi suspeito de ser um “plano” para a política externa de Putin.⁴²

Embora a ideologia de Dugin esteja alinhada com muitas aspirações da elite política russa, a sua influência no poder político russo é, na melhor das hipóteses, a de um acrescento ideológico não oficial, limitado pelo seu histórico e pela complexidade das suas contribuições teóricas.

Uma análise ao pensamento de Dugin revela que o seu desafio às aspirações unipolares da ordem global liberal é, acima de tudo, teórico e intelectual. Embora as suas raízes estejam no eurasionismo russo e alinhadas com as políticas predominantes da Rússia

⁴¹ Zubrin, R. (2022). Putin’s Rasputin Meet Aleksandr Dugin, the Mystical High Priest of Russian Fascism Who Wants to Bring About the End of the World.

⁴² Beckman, J. (2019). A Russian Radical Conservative Challenge to the Liberal Global Order: Aleksandr Dugin.

para uma soberania reconhecida como uma grande potência regional com uma identidade cultural conservadora, a sua obra deve ser considerada dentro do contexto mais amplo da Nova Direita internacional. Essa corrente, inspirada nas ideias antiliberais da revolução conservadora, destaca o pluralismo e particularismo culturais e nacionais.

A quarta teoria política de Dugin, na sua essência, não se destaca como particularmente original, consistindo principalmente na circulação e recombinação eclética de ideias filosóficas e políticas com quase um século de existência. O seu mérito reside na vasta erudição de Dugin e na habilidade de integrar tradições intelectuais bastante diversas. A teoria permanece um esboço, com lacunas significativas em detalhes e articulações, sendo vagamente definida em questões cruciais como a natureza precisa, dinâmica e diversidade interna de uma tradição cultural, os diferentes tipos de interação entre civilizações e os modos diversos de organização política. Além disso, a distinção rigorosa de Dugin entre a quarta ideologia e todas as formas de fascismo, racismo, xenofobia e outros fenômenos de extrema-direita mais tradicionais, pode não ser totalmente sustentável no nível da prática política efetiva. Contudo, Dugin, inegavelmente, infundiu vitalidade a uma ideia antiga, o Eurasianismo, que exerce influência significativa no pensamento geopolítico russo, mesmo entre a liderança política e militar, enriquecendo-a de forma inovadora com a filosofia e a teoria política ocidental.⁴³

2.3. Fatores explicativos e características da “operação especial” russa na Ucrânia

A tradução da expressão “the Russian people” para o russo pode ser feita de duas maneiras: “rossiiskii narod”, ressaltando a afiliação cívica à vasta comunidade multiétnica da Federação Russa, ou “ruskii narod”, que se refere especificamente à identidade étnica ou cultural russa. Durante as duas primeiras décadas após o período pós-soviético, o foco recaía principalmente sobre o termo “rossiiskii”, que predominava nas discussões políticas e legais no discurso oficial. Contudo, durante o terceiro mandato de Putin, a distinção entre nacionalismo cívico e étnico tornou-se progressivamente menos clara, à medida que o

⁴³ Zubrin, R. (2022). Putin’s Rasputin Meet Aleksandr Dugin, the Mystical High Priest of Russian Fascism Who Wants to Bring About the End of the World.

crescimento do nacionalismo étnico começou a desafiar a ideologia central estatal de Putin. Para compreender o impacto dessas tensões na política externa russa, é crucial contextualizar brevemente o debate no âmbito da história do nacionalismo russo.⁴⁴

Diferentemente das potências coloniais europeias, a concepção de uma Rússia enquanto nação moderna não estava bem estabelecida no país antes do seu período de expansão imperial. Além disso, ao contrário dos governantes europeus, as conquistas coloniais dos czares estavam adjacentes aos seus próprios territórios, resultando numa combinação de russos e não russos que ampliava ainda mais a ambiguidade da identidade nacional russa. Entretanto, uma identificação secular começou a surgir somente durante o reinado de Pedro, o Grande. Apesar de Pedro, o Grande, frequentemente ser considerado um precursor da identidade russa moderna, as campanhas de propaganda lançadas pelos seus seguidores para justificar as políticas imperiais apenas contribuíram para obscurecer ainda mais uma definição clara de “russidade” étnica ou nacional. Essas campanhas retratavam a expansão do império como uma “reunião de terras nativas” e enalteciam a grandeza do Estado russo sem distinção entre áreas russas e não russas (Tolz, 2001. 158-9).

No decorrer do seu primeiro mandato como presidente, contrariamente às primeiras interpretações da mídia ocidental, Vladimir Putin evitou colocar o nacionalismo no centro do seu apelo popular. O seu conceito de identidade nacional destaca a diversidade étnica como uma característica fundamental da população russa, enfatizando que esta realidade encontra respaldo ao longo da história do país. Nas palavras de Putin, “desde tempos antigos, a noção de uma comunidade partilhada - composta por pessoas de diferentes nacionalidades e crenças - tem sido a base da perspectiva espiritual do povo russo”. Um sinal visível dessa mudança foi a ausência da terminologia cívica “rossiiane” nos discursos oficiais. Antes, essa palavra representava o compromisso do Estado com uma identidade nacional estadista, mas notavelmente desapareceu dos principais discursos durante o terceiro mandato de Putin. Em março de 2014, durante um discurso no parlamento russo, Putin, pela primeira vez, substituiu o termo étnico “russkie” pelo seu equivalente cívico, no contexto político explícito da anexação da Crimeia. A Crimeia tornou-se “uma terra russkaia primordial” e Sevastopol e Kiev agora eram “cidades russkie”. (Hanson-Green, M. 2017. p. 22-23)

⁴⁴ Hanson-Green, M. 2017. p. 15-16

A anexação da Crimeia não se legitimou apenas através de argumentos históricos que a associavam ao antigo Império Russo, mas também a apresentou como uma terra étnica russa. Essa mudança foi interpretada por analistas como evidência de uma mudança na administração em direção a uma identidade nacional etnocêntrica e a uma agenda de política externa agressivamente nacionalista. O verdadeiro objetivo estratégico de Putin não é revitalizar uma interpretação étnica da identidade nacional russa, o que entraria em conflito direto com muitas das suas políticas estatais, mas sim continuar a confundir as fronteiras entre identidades étnicas e cívicas, a fim de criar uma margem mais ampla de plausibilidade para a sua agenda expansionista. Por esses motivos, o cerne da sua construção discursiva de uma civilização não se concentra na identidade étnica, mas sim na conceção mais fluída e ambígua da cultura russa (*russkaya kultura*). A civilização russa é delineada pelo Estado russo, juntamente com todos aqueles que se identificam com a cultura russa.⁴⁵

Uma identidade cívica “rossiiane”, ligada ao Estado russo, não poderia ser facilmente empregue para legitimar os interesses expansionistas na Ucrânia. A incorporação da Crimeia e de Sevastopol serviu, desse modo, para unificar tanto os etno-nacionalistas russos quanto os defensores da restauração de um Império Russo/Soviético sob a bandeira de Putin. (Blakkisrud, H. 2016. *Blurring the boundary*, p. 261)

A incursão militar russa na Ucrânia revela a resolução de Putin em concretizar a sua visão específica para a “ordem euroasiática” liderada pela Rússia. O que causa perplexidade na atualidade é até onde está disposto a empregar a força para concretizar essa visão. Agora, torna-se evidente que o domínio dentro da ordem euroasiática liderada pela Rússia será mantido mediante subjugação e coerção, em oposição ao consentimento e persuasão, e que a legitimidade dos padrões de poder desta ordem será construída através de um controlo restrito da informação (ou desinformação) e do medo. É manifesto que os princípios e práticas da ordem euroasiática são incompatíveis com a Ucrânia que agora integra a ordem internacional liberal. A avaliação torna-se mais complexa quando se considera como os membros atuais da ordem euroasiática percebem os padrões de poder, princípios e práticas.

⁴⁵ Zevelev. 2016. *Russian National Identity*, p. 15

A questão central aqui reside na possibilidade de a ordem euroasiática desenvolver-se numa ordem internacional robusta e como serão estabelecidas as suas relações com as outras ordens internacionais no panorama de múltiplas ordens mundiais.⁴⁶

O equívoco estratégico de Putin, contudo, levou-o a avançar com a invasão da Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022, desencadeando um conflito sangrento e trágico com repercussões prejudiciais, não apenas para a Ucrânia, mas também para a própria Rússia e resto do mundo. O Kremlin presumiu um exército ucraniano que se renderia rapidamente, o colapso veloz do governo de Zelensky, e uma resposta, por parte do Ocidente, hesitante e dividida. Todavia, a realidade contradisse todas essas suposições e a “operação especial” mostrou-se contraproducente, tanto no cenário externo quanto interno. Sem a resistência da Ucrânia e as sanções ocidentais, o Kremlin enfrentaria poucas pressões. No entanto, o conflito desencadeou não apenas uma força contrária nos cenários doméstico, regional e internacional, mas também desmascarou rapidamente os mitos sobre a própria força da Rússia. (Powell, B & Jamali, D. 2022. Putin’s Endgame)

A invasão transformou Zelensky, cuja popularidade havia caído para 25% antes do conflito, num líder inspirador de guerra, unificando a sua nação e angariando apoio ocidental. Por outro lado, a decisão de Putin de iniciar uma guerra contra compatriotas eslavos é a decisão mais impopular que já tomou. Os objetivos declarados, como 'desnazificar' um país com um presidente judeu democraticamente eleito e parar um 'genocídio' inexistente, careceram de credibilidade. Mesmo numa sociedade civil severamente reprimida, os protestos começaram no primeiro dia da invasão, com mais de 10.000 detenções nas primeiras semanas de março de 2022. As restrições à liberdade de expressão tornaram-se ainda piores, através do controlo dos órgãos de comunicação onde o simples uso da palavra “guerra” em vez de “operação militar” podia acarretar uma sentença de 15 anos de prisão. (Gould-Davis, N. 2022. Putin’s Strategic Failure)

Primeiramente, ao invadir a Ucrânia, em vez de a atrair de volta para a órbita russa, este conflito intensificou o afastamento da Ucrânia da Rússia e aproximou-a ainda mais da Europa. Em segundo lugar, longe de intimidar, dividir e enfraquecer a NATO e a União Europeia, a invasão russa unificou a Europa. Houve uma mudança rápida e notável nas

⁴⁶ Flockhart, T. (2022). War in Ukraine: Putin and the multi-order world.

perceções de segurança entre os estados europeus, despertando governos e a opinião pública de décadas de complacência.⁴⁷

A mudança foi particularmente dramática na Alemanha, que efetivamente abandonou a sua política amigável em relação à Rússia — notavelmente interrompendo o previamente mencionado gasoduto Nord Stream 2 da Gazprom — enquanto aumentava drasticamente os gastos com defesa e acelerava o processo de transição para a energia renovável, a fim de reduzir a dependência do gás russo. A NATO, revitalizada e com um maior sentido de propósito e unidade, planeia destacar mais, e não menos, forças militares nos seus estados-membros do Leste, como a Polónia, Roménia e os estados bálticos, para lhes proporcionar uma frente tranquilizadora.

Entretanto, as sanções sem precedentes e abrangentes impostas à Rússia, em resposta a uma forte pressão pública, juntamente com a retirada de empresas ocidentais do mercado russo, causaram danos significativos à economia russa, empobrecendo os seus cidadãos. Com este conflito a causar danos não só externos como internos, a sua dependência da China poderá ser cada vez mais acentuada, tornando uma relação já desigual ainda pior. Enquanto isso, o conflito tem implicações geopolíticas ainda mais amplas que se estendem além da Ucrânia e até mesmo das relações da Rússia, como, por exemplo, o agravamento das tensões políticas e económicas já existentes devido à pandemia, intensificação da competição entre os EUA e a China, a transição global de energia e, por fim, uma maior confrontação política e nacionalismo económico que podem causar um entrave enorme para a globalização. Por um lado, a China e a Rússia estão a desenvolver uma parceria mais próxima (ainda que transaccional e cada vez mais assimétrica, em favor da China) na Eurásia - especialmente devido à hostilidade aos EUA - e um interesse mútuo em proteger as suas próprias políticas. Por outro lado, os Estados Unidos procuram conter a ameaça representada por esta crescente parceria China/Rússia revitalizando as suas alianças com parceiros na Europa e na Ásia. (Hill, I. 2022. Putin's tragic miscalculation)

No entanto, este conflito trágico na Ucrânia, independentemente do seu desfecho, terá um desenlace negativo, não apenas para a Ucrânia, mas muito provavelmente também para a Rússia, e acelerará mudanças estratégicas globais significativas, sendo que, a crise na Ucrânia representa o ponto em que os interesses conflituosos da União Europeia (UE) e da

⁴⁷ Hill, I. (2022). Putin's tragic miscalculation

Rússia chocam, desencadeando um novo conflito mundial. A segurança e as agendas de poder tornam-se ainda mais evidentes nas relações entre a UE e a Rússia, culminando numa relação bilateral baseada na mútua desconfiança e na percepção mútua de antagonismo significativo. A crise na Ucrânia teve impactos significativos nas relações entre a União Europeia (UE) e a Rússia, resultando na suspensão da cooperação bilateral. Além disso, esta crise desencadeou uma estratégia de sanções contra a Rússia, que por sua vez retaliou com contra-sanções, resultando num conflito económico. As consequências dessa situação foram particularmente duras para a economia russa, agravadas pela queda nos preços do petróleo. Não obstante, o discurso oficial do Kremlin minimiza o impacto das sanções da UE, preferindo encará-las como uma oportunidade para impulsionar a produção agrícola e interna da Rússia.⁴⁸

Em síntese, ambos os lados consideram as suas políticas como reações inevitáveis às ações ameaçadoras da outra parte. Consequentemente, as políticas implementadas pela UE e pela Rússia são o desfecho de um processo intrincado que combina colaboração em setores-chave e competição estratégica numa esfera de influência compartilhada. Isso, por sua vez, ressalta a necessidade de um diálogo aberto e efetivo entre a UE e a Rússia para preservar a paz na Europa.

Os acontecimentos na Ucrânia também expuseram a complexidade das interações de poder e das dinâmicas de segurança entre a União Europeia (UE) e a Rússia, tendo um impacto significativo nas agendas de hegemonia de ambos, além de influenciar a segurança em toda a região europeia. Curiosamente, apesar das abordagens voltadas para a segurança adotadas pela UE e pela Rússia em relação à vizinhança contestada, a disputa pelo controlo na região resultou num aumento nos níveis de instabilidade regional, alcançando um ponto de risco acentuado. Diante desta situação, é vital realizar uma reflexão crítica sobre as perspetivas antagónicas em relação ao futuro europeu e reconhecer a necessidade de estabelecer novos mecanismos de diálogo e cooperação eficaz. Esses mecanismos devem ser construídos com base numa compreensão abrangente e inclusiva da segurança, além de reconhecer a interconexão entre a estabilidade interna e externa.⁴⁹

⁴⁸ *Ibidem*

⁴⁹ (Dias, V. A. 2018. p. 78)

No cerne do conflito, o resultado foi uma operação que evidenciou fraquezas fundamentais da Rússia: graves falhas no planejamento e execução militar no campo de batalha, vulnerabilidade e dependência econômica alvo de sanções e a não utilização do poder cibernético para sua vantagem. Dado que a Rússia está atualmente em situação pior do que antes da invasão, a busca pela vitória tornou-se mais crucial do que nunca para Putin. Em contrapartida, qualquer resultado que não a subordinação da Ucrânia seria uma derrota política e psicológica severa, dado que a única prioridade mais alta para Putin do que controlar a Ucrânia é a sobrevivência do seu próprio regime. A evidência tornou-se clara: em vez de aprofundar divisões dentro da aliança ocidental, a jogada de Putin teve o efeito oposto. Se os eventos se desenrolarem como os analistas militares agora esperam, o conflito terminará com um acordo negociado que pode ceder algum território à Rússia e permitir uma retirada parcial de tropas, o que permitirá a Putin alcançar parcialmente o seu objetivo - desta forma, Putin poderá alegar que infligiu um revés devastador à NATO.⁵⁰

⁵⁰ Powell, B & Jamali, D. 2022. Putin's Endgame

3. “CASE STUDY” ANÁLISE LINGUÍSTICA DO DISCURSO DE PUTIN

Neste estudo, a atenção recai sobre a dimensão crítica da Análise Crítica do Discurso (ACD). O adjetivo “crítico” é um termo usado frequentemente em diversos âmbitos das Ciências sociais e humanidades, como “linguística crítica”, “teoria crítica”, “sociologia crítica” e assim por diante. Classificar uma abordagem como “crítica” sugere que esta apresenta características distintivas em relação a outras abordagens. No entanto, o significado de “ser crítico” não varia apenas entre as disciplinas, mas também dentro de abordagens específicas, como é o caso da ACD. A compreensão do termo “crítico” é uma questão filosoficamente debatida e não pode ser absolutamente generalizada; ao contrário, permanece sujeita a discussões contínuas e em constante evolução.⁵¹

Na literatura dedicada à ACD, noções como “ser crítico”, “crítica” e “criticismo” estão em constante processo de redefinição e discussão, assim como outros termos como discurso, análise, texto e gênero. Portanto, é essencial esclarecer os vários componentes relacionados à dimensão crítica da ACD e como estes impactam tanto objeto de estudo.

A teoria crítica desempenha um papel central na abordagem crítica adotada pela ACD, que parte da premissa de que a teoria social deve ser orientada para a crítica e a transformação da sociedade, ao invés de se limitar à mera compreensão e explicação. O propósito é gerar e disseminar um conhecimento crítico que habilite indivíduos a se emanciparem de formas de dominação por meio da autorreflexão. Para alcançar esse objetivo, a ACD procura revelar estruturas de poder e expor ideologias através da análise de textos, um método intrinsecamente ligado à Linguística.

Uma teoria contemporânea que oferece uma explicação sobre a obediência às leis dos Estados baseia-se no conceito de legitimidade nas relações internacionais. Esse conceito está intrinsecamente ligado à ideia de estabelecer e manter a ordem através de atos simbólicos (diplomacia) e normas que conferem proteção e aceitação social.⁵² A noção de legitimidade é aplicável tanto a regras e instituições quanto a comportamentos em geral, sendo que ela opera como um critério para avaliar a pertinência e a aceitabilidade de normas

⁵¹ (Fjørtoft, M. 2013. p. 67)

⁵² (Shaw, 2014. p. 1)

legais e práticas no amplo âmbito político.⁵³ Quando uma regra é percebida como legítima, ela tende a receber forte aprovação dos atores da comunidade internacional. Em contraste, uma regra, instituição ou ação considerada ilegítima será alvo de desaprovação. Importante notar que uma regra ou entidade que é legal, mas carente de legitimidade, provavelmente não será sustentável a longo prazo. (Rotaru, V. 2016. p. 3-4)

Por outro lado, uma prática considerada ilegal, mas que possui legitimidade, pode evoluir para se tornar o cerne de uma nova norma (Shaw, 2014, pp. 44-45). No âmbito linguístico, o termo “crítico” foi primeiramente empregue para descrever a abordagem conhecida como Linguística Crítica (Fowler et al., 1979; Kress e Hodge, 1979).

Conforme sustentado pelos precursores da Teoria Crítica, a Análise Crítica do Discurso (ACD) enfatiza a relevância da abordagem interdisciplinar para uma compreensão adequada de como a linguagem molda a formação e a transmissão do conhecimento, a organização das instituições sociais e o exercício do poder. (Wodak, R., & Meyer, M. 2008. p. 8) O conceito de poder detém uma importância crucial dentro do âmbito da Análise Crítica do Discurso (ACD). Isso suscita uma questão fundamental sobre como a ACD interpreta o poder e quais perspectivas normativas permitem que os investigadores diferenciem entre o uso legítimo e o abuso do poder - uma questão que, até o momento, não possui uma resposta definitiva (Billig, 2008).⁵⁴

Nas sociedades contemporâneas, o poder e a dominação encontram-se perpetuados e difundidos através dos discursos. Os discursos não são apenas formas coesas e racionais de fala e escrita, mas também desempenham um papel fundamental enquanto formações discursivas na continuação e materialização do poder e da dominação na sociedade (por exemplo, Hall, 1992).⁵⁵

A conformidade das ações nas relações internacionais significa estar de acordo com um conjunto de regras que orientam o comportamento dos Estados, tendo por base valores e padrões reconhecidos pela comunidade internacional, sendo isto o que se entende por legalidade (Shaw, 2014, p. 1). Em contraste com sistemas internos onde leis são estabelecidas e seguidas por indivíduos, o direito internacional é fundamentalmente delineado através de acordos internacionais, que estabelecem regulamentos obrigatórios e

⁵³ (Goudenhoft, 2014, pp. 15-16)

⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵ (Wodak, R., & Meyer, M. 2008. p. 11)

práticas para as nações signatárias, estipulando os critérios de conduta a serem adotados. Uma abordagem mais contemporânea para explicar o alinhamento dos Estados com o direito internacional repousa sobre o conceito de legitimidade nas relações internacionais.⁵⁶

Em algumas ocasiões, podem surgir discrepâncias notáveis entre legitimidade e legalidade, assim como entre legitimidade e certos princípios morais. Por exemplo, a falta de reações à crise na Ucrânia e à questão da Crimeia foi legal (uma vez que não era possível invocar o artigo 5 da OTAN), mas imoral, gerando a percepção de medo associada à impotência diante de um ato questionável, no que diz respeito à estabilidade das fronteiras. (Rotaru, V. 2016. p. 30-31)

A construção discursiva da legitimidade russa teve início sob a liderança do presidente Putin em 18 de março de 2014, no Kremlin, perante os membros da Duma Estatal, membros do Conselho da Federação, líderes de regiões russas e representantes da sociedade civil. Ele enfatizou que o referendo realizado na Crimeia a 16 de março seguiu procedimentos democráticos e normas internacionais, sendo considerado transparente, justo e representativo do desejo maioritário da população local de se integrar à Rússia. Putin citou observações do Tribunal Internacional da ONU sobre as declarações de independência e sublinhou o direito das nações à autodeterminação. Ele também apontou a semelhança com a separação da Ucrânia da União Soviética, visando justificar a anexação da Crimeia (Putin, 2014a). (Rotaru, V. 2016. p. 33)

Além disso, Putin questionou a história soviética como justificativa para a anexação da Crimeia. Ele sustentou que a decisão de transferir a Crimeia para a Ucrânia em 1954 violou normas constitucionais da época e que, após o colapso da União Soviética, a Rússia percebeu que tinha saído prejudicada. Outro ponto enfatizado por Putin foi a perspectiva da soberania de Kiev. Ele ressaltou que Rússia e Ucrânia não são apenas vizinhos próximos, mas também compartilham uma mesma população, argumentando que Kiev é a “cidade mãe” das cidades russas e que a antiga Rússia é uma raiz comum para ambas as nações. Essa perspectiva pode ter implicações de relevo na interpretação do conceito de soberania no âmbito internacional.⁵⁷

A Crimeia foi considerada um caso de exceção devido à sua relevância para a civilização russa, sendo vista como um motivo de orgulho e possuindo uma história

⁵⁶ (Goudenhoft, 2014, pp. 19-20, 84)

⁵⁷ *Ibidem*

compartilhada. Além disso, o presidente Putin ressaltou os interesses estratégicos da Rússia na região, especialmente após declarações sobre a possível adesão da Ucrânia à OTAN. A autodeterminação das nações é apontada como um princípio fundamental na Carta das Nações Unidas, e a Rússia sustenta que as relações internacionais devem ser fundamentadas na lei internacional e nos princípios morais, como justiça, igualdade e verdade.⁵⁸

Ele destaca que a Rússia não anexou a Crimeia com forças militares, mas apoiou os crimeanos no referendo, aguardando os resultados antes de qualquer ação. Esses argumentos têm sido amplamente usados por Moscovo para sustentar a legitimidade de suas ações na Crimeia e rebater críticas e acusações internacionais.⁵⁹

Com estes exemplos, podemos constatar que o termo “discurso político” engloba diversas interpretações, abarcando várias formas de expressão ou texto associados à esfera política. Além disso, pode ser aplicado a qualquer expressão oral ou textual que aborde temáticas políticas ou que seja impulsionada por motivações políticas. (Wilson, J. 2015. p. 1)

No passado, o discurso político estava associado ao conceito de “retórica”, originalmente referindo-se a meios específicos de persuasão dentro de contextos políticos (Cícero, 1971). Num contexto mais restrito, “discurso político” diz respeito ao estudo da linguagem política, com foco na estrutura linguística que compõe e manifesta funções políticas específicas. Ainda que outras áreas que se associam ao termo, como “análise política retórica” (Finlayson, 2007) ou estudos políticos mais abrangentes, possam ser pertinentes, estas podem não se enquadrar na interpretação precisa do discurso político que prioriza a análise linguística central.⁶⁰ Ao enfatizar a análise da linguagem reconhece-se a importância de outros campos e teorias que se interconectam com as preocupações linguísticas gerais associadas ao discurso político. Assim, a investigação do discurso político que se foca na linguagem, compreende a interseção e a interação com outros domínios e teorias relevantes para explicar as questões sociais e políticas inerentes às ações, instituições e entidades políticas.

Um dos pioneiros a reconhecer a manipulação da linguagem como meio de controlo do poder na sociedade foi George Orwell. No seu ensaio *Política e a Língua Inglesa*, Orwell

⁵⁸ *Ibidem*

⁵⁹ (Lukashevich, 2016)

⁶⁰ (Wilson, J. 2015. p. 2)

argumenta que a linguagem está intrinsecamente conectada à nossa percepção do mundo e que os políticos frequentemente a manipulam para defender posições indefensáveis, valendo-se do discurso e da escrita política para tal fim (Orwell, 1969: 225). Tal fenômeno também suscita a questão sobre a existência de uma verdade “objetiva” que a política ou outras formas de linguagem subvertem, através da representação, ou se todas as interpretações são relativas ao contexto. O propósito primordial da análise do discurso político é explorar de que modo a seleção da linguagem é manipulada para alcançar efeitos políticos específicos. Nesse contexto, os níveis linguísticos envolvidos são variados, abarcando desde os elementos sonoros até as nuances pragmáticas.⁶¹

Com base neste conhecimento, neste capítulo, o foco é a análise do discurso de Putin, proferido a 24 de fevereiro de 2022, no qual revela o começo de uma “operação especial” na Ucrânia. Abaixo, uma tabela na qual estão descritos três eventos que são considerados de extrema importância para contextualizar o raciocínio de Putin e, de certo modo, entender o fio condutor desta operação:

⁶¹ *Ibidem*

Tabela 3 - Três discursos essenciais para entender o discurso Político de Putin.

Discurso	Data	Título	Finalidade
Vladimir Putin	21/02/2022	“Address concerning the events in Ukraine”.	Neste discurso, Putin anunciou que o governo russo reconheceria as regiões separatistas ucranianas da República Popular de Donetsk e da República Popular de Luhansk como independentes. Esta conferência marcou de forma significativa a crise russo-ucraniana em curso.
Vladimir Putin	24/02/2022	“On conducting a special military operation”.	Através de uma transmissão televisiva, o presidente russo Vladimir Putin, anunciou a invasão russa da Ucrânia, explicando o lançamento de uma “operação militar especial” para defender os territórios controlados pela Rússia no leste da Ucrânia (a República Popular de Donetsk e a República Popular de Luhansk).
Vladimir Putin	18/03/2022	“For a world without Nazism”.	Neste comício político e concerto no Estádio de Luzhniki, em Moscovo, foi assinalado o oitavo aniversário da anexação da Crimeia pela Federação Russa. O Presidente Vladimir Putin discursou no evento, justificando a invasão russa da Ucrânia, visualmente (no palco encontrava-se um letrreiro que dizia “Para um mundo sem nazismo”) e verbalmente alegando que os seus inimigos ucranianos eram “neo-nazis” e que as suas ações de guerra foram fundamentadas para impedir uma causa maior - o genocídio russo.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

TRANSCRITO DO DISCURSO DE PUTIN DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022:

(“Operação Especial na Ucrânia”)

“Citizens of Russia, friends,

I consider it necessary today to speak again about the tragic events in Donbass and the key aspects of ensuring the security of Russia.

I will begin with what I said in my address on February 21, 2022. I spoke about our biggest concerns and worries, and about the fundamental threats which irresponsible Western politicians created for Russia consistently, rudely and unceremoniously from year to year. I am referring to the eastward expansion of NATO, which is moving its military infrastructure ever closer to the Russian border.

It is a fact that over the past 30 years we have been patiently trying to come to an agreement with the leading NATO countries regarding the principles of equal and indivisible security in Europe. In response to our proposals, we invariably faced either cynical deception and lies or attempts at pressure and blackmail, while the North Atlantic alliance continued to expand despite our protests and concerns. Its military machine is moving and, as I said, is approaching our very border.

Why is this happening? Where did this insolent manner of talking down from the height of their exceptionalism, infallibility and all-permissiveness come from? What is the explanation for this contemptuous and disdainful attitude to our interests and absolutely legitimate demands?

The answer is simple. Everything is clear and obvious. In the late 1980s, the Soviet Union grew weaker and subsequently broke apart. That experience should serve as a good lesson for us, because it has shown us that the paralysis of power and will is the first step towards complete degradation and oblivion. We lost confidence for only one moment, but it was enough to disrupt the balance of forces in the world.

As a result, the old treaties and agreements are no longer effective. Entreaties and requests do not help. Anything that does not suit the dominant state, the powers that be, is denounced as archaic, obsolete and useless. At the same time, everything it regards as useful

is presented as the ultimate truth and forced on others regardless of the cost, abusively and by any means available. Those who refuse to comply are subjected to strong-arm tactics.

What I am saying now does not concern only Russia, and Russia is not the only country that is worried about this. This has to do with the entire system of international relations, and sometimes even US allies. The collapse of the Soviet Union led to a redivision of the world, and the norms of international law that developed by that time - and the most important of them, the fundamental norms that were adopted following WWII and largely formalised its outcome - came in the way of those who declared themselves the winners of the Cold War.

Of course, practice, international relations and the rules regulating them had to take into account the changes that took place in the world and in the balance of forces. However, this should have been done professionally, smoothly, patiently, and with due regard and respect for the interests of all states and one's own responsibility. Instead, we saw a state of euphoria created by the feeling of absolute superiority, a kind of modern absolutism, coupled with the low cultural standards and arrogance of those who formulated and pushed through decisions that suited only themselves. The situation took a different turn.

There are many examples of this. First a bloody military operation was waged against Belgrade, without the UN Security Council's sanction but with combat aircraft and missiles used in the heart of Europe. The bombing of peaceful cities and vital infrastructure went on for several weeks. I have to recall these facts, because some Western colleagues prefer to forget them, and when we mentioned the event, they prefer to avoid speaking about international law, instead emphasising the circumstances which they interpret as they think necessary.

Then came the turn of Iraq, Libya and Syria. The illegal use of military power against Libya and the distortion of all the UN Security Council decisions on Libya ruined the state, created a huge seat of international terrorism, and pushed the country towards a humanitarian catastrophe, into the vortex of a civil war, which has continued there for years. The tragedy, which was created for hundreds of thousands and even millions of people not only in Libya but in the whole region, has led to a large-scale exodus from the Middle East and North Africa to Europe.

A similar fate was also prepared for Syria. The combat operations conducted by the Western coalition in that country without the Syrian government's approval or UN Security Council's sanction can only be defined as aggression and intervention.

But the example that stands apart from the above events is, of course, the invasion of Iraq without any legal grounds. They used the pretext of allegedly reliable information available in the United States about the presence of weapons of mass destruction in Iraq. To prove that allegation, the US Secretary of State held up a vial with white powder, publicly, for the whole world to see, assuring the international community that it was a chemical warfare agent created in Iraq. It later turned out that all of that was a fake and a sham, and that Iraq did not have any chemical weapons. Incredible and shocking but true. We witnessed lies made at the highest state level and voiced from the high UN rostrum. As a result we see a tremendous loss in human life, damage, destruction, and a colossal upsurge of terrorism.

Overall, it appears that nearly everywhere, in many regions of the world where the United States brought its law and order, this created bloody, non-healing wounds and the curse of international terrorism and extremism. I have only mentioned the most glaring but far from only examples of disregard for international law.

This array includes promises not to expand NATO eastwards even by an inch. To reiterate: they have deceived us, or, to put it simply, they have played us. Sure, one often hears that politics is a dirty business. It could be, but it shouldn't be as dirty as it is now, not to such an extent. This type of con-artist behaviour is contrary not only to the principles of international relations but also and above all to the generally accepted norms of morality and ethics. Where is justice and truth here? Just lies and hypocrisy all around.

Incidentally, US politicians, political scientists and journalists write and say that a veritable "empire of lies" has been created inside the United States in recent years. It is hard to disagree with this - it is really so. But one should not be modest about it: the United States is still a great country and a system-forming power. All its satellites not only humbly and obediently say yes to and parrot it at the slightest pretext but also imitate its behaviour and enthusiastically accept the rules it is offering them. Therefore, one can say with good reason and confidence that the whole so-called Western bloc formed by the United States in its own image and likeness is, in its entirety, the very same "empire of lies."

As for our country, after the disintegration of the USSR, given the entire unprecedented openness of the new, modern Russia, its readiness to work honestly with the

United States and other Western partners, and its practically unilateral disarmament, they immediately tried to put the final squeeze on us, finish us off, and utterly destroy us. This is how it was in the 1990s and the early 2000s, when the so-called collective West was actively supporting separatism and gangs of mercenaries in southern Russia. What victims, what losses we had to sustain and what trials we had to go through at that time before we broke the back of international terrorism in the Caucasus! We remember this and will never forget.

Properly speaking, the attempts to use us in their own interests never ceased until quite recently: they sought to destroy our traditional values and force on us their false values that would erode us, our people from within, the attitudes they have been aggressively imposing on their countries, attitudes that are directly leading to degradation and degeneration, because they are contrary to human nature. This is not going to happen. No one has ever succeeded in doing this, nor will they succeed now.

Despite all that, in December 2021, we made yet another attempt to reach agreement with the United States and its allies on the principles of European security and NATO's non-expansion. Our efforts were in vain. The United States has not changed its position. It does not believe it necessary to agree with Russia on a matter that is critical for us. The United States is pursuing its own objectives, while neglecting our interests.

Of course, this situation begs a question: what next, what are we to expect? If history is any guide, we know that in 1940 and early 1941 the Soviet Union went to great lengths to prevent war or at least delay its outbreak. To this end, the USSR sought not to provoke the potential aggressor until the very end by refraining or postponing the most urgent and obvious preparations it had to make to defend itself from an imminent attack. When it finally acted, it was too late.

As a result, the country was not prepared to counter the invasion by Nazi Germany, which attacked our Motherland on June 22, 1941, without declaring war. The country stopped the enemy and went on to defeat it, but this came at a tremendous cost. The attempt to appease the aggressor ahead of the Great Patriotic War proved to be a mistake which came at a high cost for our people. In the first months after the hostilities broke out, we lost vast territories of strategic importance, as well as millions of lives. We will not make this mistake the second time. We have no right to do so.

Those who aspire to global dominance have publicly designated Russia as their enemy. They did so with impunity. Make no mistake, they had no reason to act this way. It

is true that they have considerable financial, scientific, technological, and military capabilities. We are aware of this and have an objective view of the economic threats we have been hearing, just as our ability to counter this brash and never-ending blackmail. Let me reiterate that we have no illusions in this regard and are extremely realistic in our assessments.

As for military affairs, even after the dissolution of the USSR and losing a considerable part of its capabilities, today's Russia remains one of the most powerful nuclear states. Moreover, it has a certain advantage in several cutting-edge weapons. In this context, there should be no doubt for anyone that any potential aggressor will face defeat and ominous consequences should it directly attack our country.

At the same time, technology, including in the defense sector, is changing rapidly. One day there is one leader, and tomorrow another, but a military presence in territories bordering on Russia, if we permit it to go ahead, will stay for decades to come or maybe forever, creating an ever mounting and totally unacceptable threat for Russia.

Even now, with NATO's eastward expansion the situation for Russia has been becoming worse and more dangerous by the year. Moreover, these past days NATO leadership has been blunt in its statements that they need to accelerate and step up efforts to bring the alliance's infrastructure closer to Russia's borders. In other words, they have been toughening their position. We cannot stay idle and passively observe these developments. This would be an absolutely irresponsible thing to do for us.

Any further expansion of the North Atlantic alliance's infrastructure or the ongoing efforts to gain a military foothold of the Ukrainian territory are unacceptable for us. Of course, the question is not about NATO itself. It merely serves as a tool of US foreign policy. The problem is that in territories adjacent to Russia, which I have to note is our historical land, a hostile "anti-Russia" is taking shape. Fully controlled from the outside, it is doing everything to attract NATO armed forces and obtain cutting-edge weapons.

For the United States and its allies, it is a policy of containing Russia, with obvious geopolitical dividends. For our country, it is a matter of life and death, a matter of our historical future as a nation. This is not an exaggeration; this is a fact. It is not only a very real threat to our interests but to the very existence of our state and to its sovereignty. It is the red line which we have spoken about on numerous occasions. They have crossed it.

This brings me to the situation in Donbass. We can see that the forces that staged the coup in Ukraine in 2014 have seized power, are keeping it with the help of ornamental election procedures and have abandoned the path of a peaceful conflict settlement. For eight years, for eight endless years we have been doing everything possible to settle the situation by peaceful political means. Everything was in vain.

As I said in my previous address, you cannot look without compassion at what is happening there. It became impossible to tolerate it. We had to stop that atrocity, that genocide of the millions of people who live there and who pinned their hopes on Russia, on all of us. It is their aspirations, the feelings and pain of these people that were the main motivating force behind our decision to recognise the independence of the Donbass people's republics.

I would like to additionally emphasise the following. Focused on their own goals, the leading NATO countries are supporting the far-right nationalists and neo-Nazis in Ukraine, those who will never forgive the people of Crimea and Sevastopol for freely making a choice to reunite with Russia.

They will undoubtedly try to bring war to Crimea just as they have done in Donbass, to kill innocent people just as members of the punitive units of Ukrainian nationalists and Hitler's accomplices did during the Great Patriotic War. They have also openly laid claim to several other Russian regions.

If we look at the sequence of events and the incoming reports, the showdown between Russia and these forces cannot be avoided. It is only a matter of time. They are getting ready and waiting for the right moment. Moreover, they went as far as aspire to acquire nuclear weapons. We will not let this happen.

I have already said that Russia accepted the new geopolitical reality after the dissolution of the USSR. We have been treating all new post-Soviet states with respect and will continue to act this way. We respect and will respect their sovereignty, as proven by the assistance we provided to Kazakhstan when it faced tragic events and a challenge in terms of its statehood and integrity. However, Russia cannot feel safe, develop, and exist while facing a permanent threat from the territory of today's Ukraine.

Let me remind you that in 2000-2005 we used our military to push back against terrorists in the Caucasus and stood up for the integrity of our state. We preserved Russia. In

2014, we supported the people of Crimea and Sevastopol. In 2015, we used our Armed Forces to create a reliable shield that prevented terrorists from Syria from penetrating Russia. This was a matter of defending ourselves. We had no other choice.

The same is happening today. They did not leave us any other option for defending Russia and our people, other than the one we are forced to use today. In these circumstances, we have to take bold and immediate action. The people's republics of Donbass have asked Russia for help.

In this context, in accordance with Article 51 (Chapter VII) of the UN Charter, with permission of Russia's Federation Council, and in execution of the treaties of friendship and mutual assistance with the Donetsk People's Republic and the Lugansk People's Republic, ratified by the Federal Assembly on February 22, I made a decision to carry out a special military operation.

The purpose of this operation is to protect people who, for eight years now, have been facing humiliation and genocide perpetrated by the Kiev regime. To this end, we will seek to demilitarise and denazify Ukraine, as well as bring to trial those who perpetrated numerous bloody crimes against civilians, including against citizens of the Russian Federation.

It is not our plan to occupy the Ukrainian territory. We do not intend to impose anything on anyone by force. At the same time, we have been hearing an increasing number of statements coming from the West that there is no need any more to abide by the documents setting forth the outcomes of World War II, as signed by the totalitarian Soviet regime. How can we respond to that?

The outcomes of World War II and the sacrifices our people had to make to defeat Nazism are sacred. This does not contradict the high values of human rights and freedoms in the reality that emerged over the post-war decades. This does not mean that nations cannot enjoy the right to self-determination, which is enshrined in Article 1 of the UN Charter.

Let me remind you that the people living in territories which are part of today's Ukraine were not asked how they want to build their lives when the USSR was created or after World War II. Freedom guides our policy, the freedom to choose independently our future and the future of our children. We believe that all the peoples living in today's Ukraine, anyone who want to do this, must be able to enjoy this right to make a free choice.

In this context I would like to address the citizens of Ukraine. In 2014, Russia was obliged to protect the people of Crimea and Sevastopol from those who you yourself call “nats.” The people of Crimea and Sevastopol made their choice in favour of being with their historical homeland, Russia, and we supported their choice. As I said, we could not act otherwise.

The current events have nothing to do with a desire to infringe on the interests of Ukraine and the Ukrainian people. They are connected with the defending Russia from those who have taken Ukraine hostage and are trying to use it against our country and our people.

I reiterate: we are acting to defend ourselves from the threats created for us and from a worse peril than what is happening now. I am asking you, however hard this may be, to understand this and to work together with us so as to turn this tragic page as soon as possible and to move forward together, without allowing anyone to interfere in our affairs and our relations but developing them independently, so as to create favourable conditions for overcoming all these problems and to strengthen us from within as a single whole, despite the existence of state borders. I believe in this, in our common future.

I would also like to address the military personnel of the Ukrainian Armed Forces.

Comrade officers,

Your fathers, grandfathers and great-grandfathers did not fight the Nazi occupiers and did not defend our common Motherland to allow today’s neo-Nazis to seize power in Ukraine. You swore the oath of allegiance to the Ukrainian people and not to the junta, the people’s adversary which is plundering Ukraine and humiliating the Ukrainian people.

I urge you to refuse to carry out their criminal orders. I urge you to immediately lay down arms and go home. I will explain what this means: the military personnel of the Ukrainian army who do this will be able to freely leave the zone of hostilities and return to their families.

I want to emphasise again that all responsibility for the possible bloodshed will lie fully and wholly with the ruling Ukrainian regime.”

TRADUÇÃO E ANÁLISE DOS TRECHOS MAIS RELEVANTES:

Na introdução, Putin estabelece o tema central do seu discurso, que se refere aos eventos na Ucrânia e à sua importância para a Rússia. Este relato subjacente à invasão da Ucrânia e às subsequentes ações políticas, como o reconhecimento da autonomia de Donetsk e Lugansk, seguido pela incorporação dessas regiões e de Zaporíjia e Kherson, é acompanhado pela descrição de um governo hostil em Kiev, subordinado ao Ocidente, especialmente manipulado pelos Estados Unidos, que, a partir da sua posição dominante, comandam a OTAN. Este revisionismo militar reflete a política de expansão territorial como um meio de defesa (contra ameaças existenciais), de proteção (contra regimes opressivos, fascistas e manipulados externamente) e de afirmação de grande potência (com capacidade de seguir seus próprios objetivos, recorrendo à força quando necessário). No entanto, isso não implica uma validação das escolhas políticas de Putin através do desenrolar desta guerra. O seu objetivo de enfraquecer a OTAN resultou, na verdade, no fortalecimento da presença militar da Aliança no Leste e na sua expansão para incluir novos membros, especificamente a Finlândia e a Suécia. A União Europeia reagiu com uma ação unida mais decisiva e visível, apesar das diferenças entre os 27 Estados-Membros, refletida em várias rondas de sanções já implementadas. Os Estados Unidos reafirmaram a sua presença na Europa, e os laços transatlânticos foram significativamente fortalecidos. (Raquel Freire, M. A Política Externa Russa (...). 2023. pp 48-49)

“Considero necessário falar novamente hoje sobre os eventos trágicos em Donbass e os principais aspetos para garantir a segurança da Rússia”.

O presidente Putin empregou diversas táticas manipulativas no seu discurso. Inicialmente, adotou a estratégia de contextualização da situação, ao enfatizar a importância de examinar o histórico dos eventos trágicos ocorridos em Donbass. Ele caracterizou esses episódios como dolorosos e complexos para a região, estabelecendo uma ligação entre o passado e o presente. Em seguida, empregou as estratégias de vitimização e sugestão, sugerindo de forma implícita que Donbass foi alvo desses eventos. Através desse método, conferiu destaque à condição de vítima da região, possivelmente com o objetivo de evocar empatia e solidariedade por parte da audiência. Adicionalmente, incorporou a estratégia de ameaça, ao mencionar novamente as questões de segurança enfrentadas pela Rússia devido a movimentações suspeitas e perigosas na área. Essa abordagem foi empregue para realçar os possíveis perigos e impactos adversos que determinados acontecimentos poderiam

representar para a segurança do país. Combinando estas estratégias comunicativas, o discurso do presidente Putin teve como objetivo moldar a percepção pública sobre os eventos em Donbass e a sua conexão com a segurança da Rússia, utilizando a persuasão, que potencialmente poderia influenciar a opinião pública e promover os interesses nacionais.⁶²

“O mesmo está a acontecer hoje. (Eles) Não nos deixaram outra opção para proteger a Rússia e a nossa população, senão a que estamos hoje forçados a usar. Nestas circunstâncias, temos de agir imediatamente. A república populacional de Donbass pediu ajuda à Rússia.”

Neste excerto, Putin enfatiza a preferência por uma solução diplomática e de negociação em vez do uso de armas, mas também destaca que, dadas as atuais circunstâncias em que as propostas russas para um diálogo igualitário não obtiveram resposta, a Rússia reserva o direito de tomar medidas para garantir a sua segurança.

Ao direcionar a sua abordagem aos políticos ocidentais, ressaltou as condutas e comportamentos desses indivíduos como instáveis e desrespeitosos, uma tática possivelmente usada para enfatizar a sua própria posição e retratar de maneira desfavorável os políticos ocidentais. Através dessa combinação de estratégias, Putin moldou o seu discurso de forma a retratar a situação de modo a beneficiar os seus interesses políticos e reforçar a noção das ameaças externas enfrentadas pela Rússia, com o objetivo de influenciar a opinião pública e receber apoio para as suas posições e ações políticas.

“É um facto que, nos últimos 30 anos, temos pacientemente tentado chegar a um acordo com os principais países da OTAN em relação aos princípios de segurança na Europa. Em resposta às nossas propostas, deparamo-nos invariavelmente com decepção e mentiras cínicas ou tentativas de pressão e chantagem, enquanto a aliança do Atlântico Norte continuou a expandir-se, apesar dos nossos protestos e preocupações. A sua máquina militar está a mover-se e, como eu disse, está-se a aproximar da nossa própria fronteira.”

Aqui, Putin empregou variadas táticas retóricas para reforçar a sua argumentação. Primeiramente, recorreu à estratégia da autoridade ao referir-se aos papéis desempenhados pelos países da OTAN e aos seus planos na região - que permaneceram inalterados mesmo após as propostas apresentadas pela Federação Russa. Em seguida, o líder russo realçou os comportamentos negativos dos países da OTAN na região, caracterizando-os como

⁶² Kadim, E. N. 2023. p. 432

envolvidos em “deceção cínica e mentiras” e acusou recorrerem a táticas de pressão e chantagem. A intenção dessa tática é apresentar os países da OTAN de maneira desfavorável, procurando enfraquecer a sua imagem e justificar as suas próprias ações e posições. Por fim, Putin destacou as preocupações acerca da proximidade das forças militares da OTAN e a interpretação delas como uma ameaça à segurança russa. A utilização destas táticas retóricas permitiu a Putin moldar o seu discurso de maneira a fortalecer a sua posição política e influenciar a percepção da audiência sobre os eventos na região. Isso contribuiu para a construção de uma argumentação persuasiva e convincente, com o objetivo de obter apoio para as suas políticas e ações no âmbito internacional.

“Propriamente falando, as tentativas de nos usar nos seus próprios interesses nunca cessaram até recentemente: procuraram destruir os nossos valores tradicionais e impor-nos os seus falsos valores que nos corroeriam - o nosso povo por dentro -, as atitudes que têm vindo a impor agressivamente nos seus países, atitudes que conduzem diretamente à degradação e degeneração, porque são contrárias à natureza humana. Isso não vai acontecer. Ninguém jamais conseguiu fazer isso, nem o conseguirão agora”

Neste trecho, é possível identificar uma crítica mais clara aos valores ocidentais e uma demonstração do que seria a democracia soberana de Putin. Nesta parte do discurso, Putin estará provavelmente a referir-se a um efeito “negativo” do progressismo em algumas culturas orientais como, por exemplo, a maior flexibilidade moral e sexual, tendo como principal alvo de crítica o movimento LGBTQIA+. Logo, há a defesa de valores comuns à maioria e que deve ser defendida no campo da soberania nacional, mostrando assim que o regime seria um governo da maioria, mais centralizado a fim de proteger a coesão nacional de moralidade e sexualidade.

“Tudo está claro e óbvio. No final dos anos 80, a União Soviética enfraqueceu e posteriormente desintegrou-se. Essa experiência deve servir como uma boa lição para nós, porque nos mostrou que a paralisia do poder e da vontade é o primeiro passo rumo à completa degradação e ao esquecimento. Perdemos a confiança por apenas um momento, mas foi o suficiente para perturbar o equilíbrio de forças no mundo. Como resultado, os antigos tratados e acordos não são mais eficazes. Súplicas e pedidos não ajudam. Tudo o que não convém ao Estado dominante, aos poderes estabelecidos, é denunciado como arcaico, obsoleto e inútil. Ao mesmo tempo, tudo o que consideram útil é apresentado como

a verdade suprema e imposto aos outros, independentemente do custo, de forma abusiva e através de qualquer meio disponível. Aqueles que se recusam a obedecer são submetidos a táticas de intimidação. (...) O que estou a dizer agora não diz respeito apenas à Rússia, e a Rússia não é o único país preocupado com isso. Isto tem a ver com todo o sistema de relações internacionais e, às vezes, até mesmo com os aliados dos Estados Unidos. O colapso da União Soviética levou a uma redivisão do mundo, e as normas do direito internacional que se desenvolveram até então - e as mais importantes delas, as normas fundamentais adotadas após a Segunda Guerra Mundial e que em grande parte formalizaram seu resultado - entraram no caminho daqueles que se declararam vencedores da Guerra Fria”

Neste segmento, Putin demonstrou habilidade ao empregar as estratégias de caracterização do agente e de prova. Com o objetivo de convencer os seus cidadãos a evitar a repetição de erros passados, Putin fundamentou o seu discurso numa variedade de provas tangíveis. A capacidade do líder russo de utilizar a estratégia de caracterização do agente possibilitou a apresentação de uma narrativa coesa sobre a história da União Soviética, enquanto a estratégia de prova fortaleceu a base factual das suas argumentações. Com isso, conseguiu construir um discurso persuasivo, advertindo sobre os riscos de repetir erros passados e corroborando as declarações com exemplos concretos do passado e do presente. Neste excerto, o presidente Putin aplicou a estratégia de polarização ao oferecer uma perspectiva clara da situação global, que não se limita apenas à Rússia. Putin abordou o colapso da União Soviética e o impacto disso nos aliados dos EUA, que moldaram o mapa mundial de acordo com os seus próprios objetivos e interesses. Essas nações estabeleceram as suas próprias regras, que foram apresentadas como leis internacionais, embora, na sua perspectiva de realidade, representassem somente as suas diretrizes individuais. (Kadim, E. N. 2023. p. 434)

“O uso ilegal do poder militar contra a Líbia e a distorção de todas as decisões do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia arruinaram o país, criaram um grande foco de terrorismo internacional e empurraram o país para uma catástrofe humanitária, no vórtice de uma guerra civil que tem continuado lá por anos. A tragédia, que foi criada para centenas de milhares e até milhões de pessoas não apenas na Líbia, mas em toda a região, levou a um êxodo em larga escala do Oriente Médio e do Norte da África para a Europa.”

Putin expõe exemplos tais como as intervenções na Líbia para fundamentar a sua tese, e conclui que a promessa de não expandir a OTAN para o Leste foi mais uma mentira

e uma demonstração da hipocrisia da ordem política ocidental. O grande problema encontrado por Putin é que a percepção de ameaça, de democracia e de liberdade não é baseada no direito internacional, mas na retórica de uma hegemonia, que constrói narrativas enquanto os outros apenas a reproduzem sem questionar sua veracidade. Além disso, ele fez menção ao considerável deslocamento de centenas de milhares, e possivelmente milhões, de indivíduos, não apenas provenientes da Líbia, mas de toda a área do Médio Oriente e do Norte da África, para a Europa. Em seguida, empregou a estratégia de representação desfavorável ao discutir as operações militares não autorizadas, que acarretaram um sofrimento profundo para a população líbia, dando origem à guerra civil e ao movimento migratório em larga escala.

“Permitam-me lembrar-vos que, entre 2000 e 2005, usámos as nossas forças militares para combater os terroristas no Cáucaso e defendemos a integridade do nosso Estado. Preservámos a Rússia. Em 2014, apoiámos o povo da Crimeia e de Sebastopol. Em 2015, utilizámos as nossas Forças Armadas para criar um escudo fiável que impediu os terroristas da Síria de penetrarem na Rússia. Isto foi uma questão de autodefesa. Não tínhamos outra escolha.”

Putin lembra que as razões pelas quais o Estado russo interveio em outras ex-repúblicas soviéticas visavam a defesa da integridade territorial e da soberania russa. O combate ao terrorismo nos dois discursos voltados para o público externo, a Conferência de Munique e na Assembleia Geral da ONU, e o combate à russofobia e ao nazismo nos discursos dirigidos à população russa ilustram a tentativa de persuadir a audiência de que todas essas medidas são feitas em nome do povo e em benefício dele. Com estes argumentos, Putin, mais uma vez, pretende justificar as suas ações como legítimas e que está somente a agir de acordo com a defesa nacional e dos interesses do seu povo.

“Peço-vos, por mais difícil que seja, que compreendam isto e trabalhem connosco para virarmos esta página trágica o mais rapidamente possível e avançarmos juntos, sem permitir que ninguém interfira nos nossos assuntos e nas nossas relações, mas desenvolvendo-as de forma independente, de modo a criar condições favoráveis para superar todos estes problemas e fortalecer-nos internamente como um todo, apesar da existência de fronteiras estatais. Acredito nisto, no nosso futuro comum.”

Neste excerto, também é possível verificar o apelo que o presidente russo faz aos ucranianos, pedindo-lhes para defenderem os seus valores comuns, partilhados com os do povo russo (que, do ponto de vista de Putin, são um só) e que estabeleçam relações de forma independente - não se deixando persuadir pelos incentivos “ocidentais”. Nesta ocasião, o orador, Putin, dirige-se ao povo ucraniano numa linguagem dissuasiva, tentando apresentá-los uma saída para evitar a agressão russa e que possam viver harmoniosamente.

“Quanto ao nosso país, após a dissolução da URSS, dada toda a abertura sem precedentes da nova Rússia moderna, a sua disposição para trabalhar honestamente com os Estados Unidos e outros parceiros ocidentais, e o desarmamento praticamente unilateral, foi uma oportunidade para eles imediatamente tentarem-nos sufocar, destruir completamente. Foi assim nos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o chamado Ocidente coletivo apoiava ativamente o separatismo e grupos de mercenários no sul da Rússia. Que vítimas, que perdas tivemos que suportar e que provações tivemos que enfrentar naquela época antes de quebrarmos a espinha do terrorismo internacional no Cáucaso! Nós lembramo-nos disso e nunca esqueceremos.”

Neste segmento, o presidente Putin empregou uma variedade de estratégias retóricas. Inicialmente, utilizou a abordagem de categorização para evidenciar e contrastar as ações políticas positivas do governo russo em relação aos Estados Unidos e outros países ocidentais. Destacou que as nações ocidentais respaldaram o separatismo e vários grupos de mercenários no sul da Rússia, numa tentativa de destabilizar o governo de Putin. Ao mesmo tempo, adotou a estratégia de vitimização ao alegar que a Rússia foi alvo das más práticas desses países, sobretudo depois de desarmar-se, enquanto os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais seguiram um caminho contrário, contribuindo para a fragmentação da URSS. Por fim, empregou a estratégia de demonização para referir à comunidade internacional as operações agressivas executadas pelos Estados Unidos e os seus aliados, que na sua perspectiva, ameaçam a soberania russa.

“Como mencionei no meu discurso anterior, não se pode olhar, sem compaixão, para o que está a acontecer lá. Tornou-se impossível tolerar isso. Tivemos que interromper aquela atrocidade, aquele genocídio de milhões de pessoas que vivem lá e que depositaram as suas esperanças na Rússia, em todos nós. São as aspirações, os sentimentos e a dor dessas pessoas que foram a principal força motivadora por trás da nossa decisão de reconhecer a independência das repúblicas populares de Donbass.”

Neste excerto, o presidente Putin utilizou várias estratégias retóricas. Inicialmente, empregou a técnica de lexicalização ao fazer uso de termos como “atrocidade” e “genocídio de milhões de pessoas”, realçando a extrema seriedade das situações enfrentadas. De seguida, utilizou a estratégia de representar-se como vítima, ao salientar que a população da República de Donbass havia sido afetada pelas ações hostis promovidas por países ocidentais, o que os levou a depositar suas esperanças e aspirações na Rússia como uma força emancipadora. (Kadim, E. N. 2023. p. 438-439)

“Sem dúvida, eles tentarão levar a guerra à Crimeia, assim como fizeram em Donbass, para matar pessoas inocentes, assim como membros das unidades punitivas de nacionalistas ucranianos e cúmplices de Hitler fizeram durante a Grande Guerra Patriótica. Eles também reivindicaram abertamente várias outras regiões russas. Se observarmos a sequência de eventos e os relatórios que estão a chegar, o confronto entre a Rússia e essas forças é inevitável. É apenas uma questão de tempo. Eles estão a preparar-se e à espera do momento certo. Além disso, eles chegaram ao ponto de aspirar a adquirir armas nucleares. Não permitiremos que isso aconteça.”

De forma a expor os comportamentos e objetivos das principais nações da OTAN, bem como dos nacionalistas de extrema-direita e dos neo-nazi na Ucrânia, em relação à população da Crimeia e Sevastopol, Putin empregou a técnica da descrição dos atores, seguida da auto-representação negativa ressaltando os seus atos horrendos no passado e enfatizando que os mesmos atores que colaboraram com Hitler em ações violentas estariam propensos a repetir tais condutas nas regiões da Crimeia e Sevastopol. Ao longo do seu discurso, as referências ao Nazismo e da Rússia como força libertadora do “mal” são várias, tentando demonstrar ao público nacional e até mesmo internacional que o seu governo é defensor do moralmente bom e que quem apoia o ocidente e, dessa forma, se “opõe” à Rússia, é, indiretamente, apoiante do Nazismo.

“Eu já disse que a Rússia aceitou a nova realidade geopolítica após a dissolução da URSS. Temos tratado todos os novos Estados pós-soviéticos com respeito e continuaremos a agir dessa forma. Respeitamos e continuaremos a respeitar a sua soberania, como prova a assistência que fornecemos ao Cazaquistão quando enfrentou eventos trágicos e um desafio em termos da sua autonomia e integridade estatal. No entanto, a Rússia não pode sentir-se segura, desenvolver-se e existir enquanto enfrenta uma ameaça permanente a partir do território da Ucrânia atual.”

No decorrer do discurso, o presidente Putin adotou diversas estratégias retóricas. Primeiramente, ele realçou a autoimagem positiva da Rússia em relação às nações vizinhas da região. A Rússia demonstrou consideração pelos países circundantes e aceitou as mudanças geopolíticas ocorridas após a dissolução da União Soviética. Um exemplo ilustrativo disso ocorreu na abordagem russa em relação ao Cazaquistão, em que o governo russo forneceu suporte para a preservação da autonomia e integridade do país. Em segundo lugar, ele recorreu à estratégia de ameaça ao ressaltar a situação atual na Ucrânia, que apresenta um risco para a segurança e o progresso da Rússia. (Kadim, E. N. 2023. p. 439)

“Nesse contexto, de acordo com o Artigo 51 (Capítulo VII) da Carta das Nações Unidas, com permissão do Conselho da Federação da Rússia e em execução dos tratados de amizade e assistência mútua com a República Popular de Donetsk e a República Popular de Lugansk, ratificados pela Assembleia Federal em 22 de fevereiro, tomei a decisão de realizar uma operação militar especial.”

Neste excerto, o objetivo é justificar ações que, do contrário, seriam consideradas ilegítimas. A fim de convencer a opinião pública nacional e internacional, Putin refere várias vezes a vontade e importância da proteção da população e do direito internacional. O ponto ilocucionário neste excerto é diretivo, isto é, tenta levar a audiência a perceber o curso de ação representado pela proposição. Os três atos discursivos são reivindicação, ameaça e solicitação. Nesta última, trata-se de um pedido para que aceitem o “ataque” a Donbass a fim de que a ameaça não se venha a concretizar. O alerta seria a recuperação do território da Crimeia pela Ucrânia através do uso da força, sustentada pelo apoio ocidental. Quanto à audiência interna, Putin enfatiza a permanência do sofrimento do povo russo que vive na região de Donbass e o risco da Crimeia perder a sua liberdade caso não seja feito nada, logo, é do interesse da população russa tanto dentro quanto fora do seu território lutar pela liberdade e justiça. Para defender isso, ele acredita que a ordem unipolar é capaz de apoiar uma ação desta magnitude tendo em vista as outras intervenções que ocorreram no passado e a falta de meios institucionais para os impedir de intervir. (Reis, R.V.L. Apelos à securitização: uma análise(...). 2023.)

CONCLUSÃO

Desde fatores históricos até aos fatores sociais, são várias as razões que levaram a este trágico desfecho internacional.

Do ponto de vista russo, a guerra fria entre USSR e EUA, levaram a um crescente sentimento “russofóbico” devido à propaganda americana e a sua influência ocidental, de forma a destabilizar o governo russo. Com o colapso da USSR, as várias nações que declararam independência, como por exemplo a Ucrânia em 1991, tornando-se assim uma nação independente, foram vistas como pontos estratégicos de extrema relevância, quer pelo Ocidente, quer pela própria Rússia. Neste período de pós-guerra fria, configurou-se uma dualidade. Por um lado, a emergência dos EUA como uma superpotência incontestável e, ao mesmo tempo, um período europeu frágil devido à queda da USSR. Com a adoção de padrões político-económicos por parte destes países ex-USSR, a Rússia viu-se cada vez mais alienada, e até mesmo com a sua soberania ameaçada devido à forte influência ocidental.

É certo que em 1990, George H. W. Bush havia prometido a Mikhail Gorbachev que não haveria expansão da OTAN, mas, no entanto, em 1994, Bill Clinton deu início à política de expansão da mesma, a qual integrou 12 novos países da Europa Central e Oriental entre 1999 e 2009. Durante a integração, o esforço “ocidental” nestas recém-nascidas nações, fora de promover um governo democrático, longe das políticas do regime que as havia governado, aproximando-as de padrões económicos como o livre-mercado, abrindo assim caminho para trocas de bens e serviços mais eficaz e controlando, de certo modo, a influência russa. Deste modo, a Ucrânia tornou-se um ponto estratégico fulcral quer para a Rússia, quer para o Ocidente, sendo vários os conflitos que eclodiram devido à sua contestação, tais como em 2014, devido à recusa do Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia. Ao recusar o acordo e optando pelo tratado de assistência económica com a Rússia, ocorreram inúmeras manifestações - apoiadas pelo Ocidente - que culminaram na destituição do presidente pró-Rússia, Yanukovich. Perante tal situação, o presidente Putin interveio no território ucraniano, que resultou na anexação da península da Crimeia ao território da Federação Russa, com 97% da população a votar a favor.

De forma sucinta, as crises na Ucrânia, podem ter sido causadas pelo próprio Ocidente, como Mearsheimer já havia referenciado em 2014, devido às suas políticas expansionistas, que causaram uma reação defensiva por parte do governo russo, de forma a poder conter o “avanço” do Ocidente e poder assegurar a sua soberania e interesses

estratégicos. Sem fim previsto, as consequências deste conflito continuam-se a notar, tendo provocado mudanças profundas na organização das forças mundiais, transformando a ordem mundial através do surgimento de novos blocos de apoio económico e bélico, aumento das tensões entre a OTAN e a Rússia, com várias ameaças de conflitos nucleares, insegurança energética, inflação elevada devido ao aumento dos preços de bens, aumento significativo do número de refugiados e de pedidos de asilo - especialmente nos países que fazem fronteira com a Rússia - e, por fim, o acentuado prejuízo em vidas humanas e devastação do território.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Aboyade, A. (2018). The changing pattern of the foreign policy of the New Russia since 1991. *Historia Actual Online*, 45(45), 73-83. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6447627.pdf>
- Beckman, J. (2019). A Russian Radical Conservative Challenge to the Liberal Global Order: Aleksandr Dugin. Disponível em <https://philarchive.org/rec/BACARR>
- Beneš, V. (2019). Foreign Policy Analysis: Conceptualizing Temporality and Otherness in the Role Theory. *Czech Journal of International Relations*. Disponível em <https://cjr.iir.cz/index.php/cjr/article/view/143>
- Berlin, I. (1978). *Russian Thinkers (Vol. III)*, H. Hardy, & A. Kelly, Eds. London: The Hogarth Press Ltd. ISBN:0-7012-0438-9, Disponível em https://ia801600.us.archive.org/17/items/in.ernet.dli.2015.219/2015.219.Russian-thinker_s.pdf
- Booth, K. (2011). Realism and World Politics. <https://doi.org/10.4324/9780203833964>
- Brown, C. (2009). *Structural Realism, Classical Realism and Human Nature*. SAGE Publications. Disponível em [Structural Realism, Classical Realism and Human Nature - Chris Brown, 2009 \(sagepub.com\)](https://www.sagepub.com/Structural-Realism-Classical-Realism-and-Human-Nature-2009)
- Bugajski, J., & Doran, P. (2016). Black Sea Rising Russia's Strategy in Southeast Europe. Disponível em https://docs.wixstatic.com/ugd/644196_29f8496cc1934185865b81480c4561b5.pdf
- Cabrera, G., E. (2014). A typology of political realism. Approach from the conceptual analysis. *Signos Filosóficos*. Disponível em https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-13242014000100005&script=sci_abstract&tlng=en
- Cadier, D., & Light, M. (2015). *Russia's Foreign Policy Ideas, Domestic Politics and External Relations (1st ed.)*. Palgrave Macmillan UK. Disponível em <https://doi.org/10.1057/9781137468888>
- Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique. (2006). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5718774/mod_resource/content/1/Charadeau%20%20Maingueneau%20-%20Dicionário%20de%20AD.pdf

Charaudeau, Patrick. (2006). Discurso das mídias. São Paulo: Contexto. Disponível em https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Charaudeau_DiscursoDasMidias.pdf

Charaudeau, Patrick. (2008). Discurso Político. São Paulo: Contexto. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9291>

Charaudeau, Patrick. (2008). Linguagem e discurso: Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em www.estantevirtual.com.br/livros/patrick-charaudeau/linguagem-e-discurso-modos-de-organizacao/2607056917

Deni, J. R. (ed. . (2018). Current Russia Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy, Operational Planning, and Modernization. In Strategic Studies Institute, US Army War College. Disponível em <https://press.armywarcollege.edu/monographs/942/>

DeRouen, K. (2004). Book Review: The Tragedy of Great Power Politics. *Armed Forces & Society*, 30(4), 677-678. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0095327x0403000409>

Dias, V. A. (2018). The battle of giants: the collision of EU and Russian foreign policies towards the contested neighbourhood and the Ukrainian crisis. *Debater a Europa*, (18), 63-83. https://doi.org/10.14195/1647-6336_18_5

Dzirkals, L. (1990). Glasnost and Soviet Foreign Policy. Disponível em <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/notes/2009/N3008.pdf>

Fairclough, N. (1989). Language and power. In C. Candlin (Ed.), *Language in Social Life Series* (First edit). Disponível em <https://epdf.pub/language-and-power-language-in-social-life.html#>

Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Disponível em https://www.academia.edu/7847143/Critical_Discourse_Analysis_Norman_Fairclough?auto=download

Ferreira, M. F. (2016). A Ucrânia, a Rússia e a Europa pós-Crimeia. In *JANUS*. Disponível em http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.11_MarcosFarias_Ucrania.pdf

- Fjørtoft, M. (2013). The Critical Element of Critical Discourse Analysis. *Synapse*, 28, 67-75. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/b992/645a26f37850c4f63f66b80e26cb55775759.pdf>
- Flint, C. (2006). Introduction to Geopolitics. In Routledge. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00221340903434630>
- Flockhart, T. (2022). War in Ukraine: Putin and the multi-order world. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13523260.2022.2091591>
- Freire, M. R. (2017). Política externa russa no «interméstico» Uma abordagem construtivista. *Relações Internacionais*, (55), 35-49. <https://doi.org/10.23906/ri2017.55a03>
- Frye, T., Gehlbach, S., Marquardt, K. L., & Reuter, O. J. (2017). Is Putin's popularity real? *Post-Soviet Affairs*, 33(1), 1-15. <https://doi.org/10.1080/1060586X.2016.1144334>
- Gould-Davis, N. (2022). Putin's Strategic Failure. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2022.2055818>
- Government of Ukraine (2001), State Statistics Committee of Ukraine, Disponível em <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/>.
- Graziosi, A. (2004). The Soviet 1931-1933 Famines and the Ukrainian Holodomor : Is a New Interpretation Possible , and What Would Its Consequences Be ? *Harvard Ukrainian Studies*, 27(1/4), 97-115. Disponível em <https://www.iris.unina.it/retrieve/handle/11588/335138/3891/GraziosiFaminesPDF.pdf>
- Hamilton, R. E. (2018). A Ten-Year Retrospective on the Russia-Georgia War. Foreign Policy Research Institute. Disponível em <https://www.fpri.org/wpcontent/uploads/2018/10/final-bssp-1-hamilton.pdf>
- Hanson-Green, M. (2017). Russian Foreign Policy and National Identity (University of New Orleans). Disponível em https://scholarworks.uno.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1097&context=honors_theses
- Harrison, K., & Boyd, T. (2003). Understanding political ideas and movements. Disponível em <http://library.oapen.org/bitstream/id/a5596b06-ceec-4abd-a417-c3d9d8a1206c/341409.pdf>
- Hill, I. (2022). Putin's tragic miscalculation. Disponível em <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.437608295406403>

- Kadim, E. N. (2023). A critical discourse analysis of Vladimir Putin's speech announcing "Special Military Operation" in Ukraine. Disponível em <https://www.ijherjournal.com/dergi/a-critical-discourse-analysis-of-vladimir-putins-speech-announcing-special-military-operation-in-ukraine20230512125746.pdf>
- Karaganov, S. A. (Ed. (2014). National Identity and the future of Russia (A. Likhacheva, I. Makarov, P. Andreev, A. Gabuev, & E. Makarova, Eds.). Disponível em <https://publications.hse.ru/en/books/135820129>
- Kasymov, S. (2012). Statism in Russia: The implications for US-Russian relations. *Journal of Eurasian Studies*, 3(1), 58-68. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2011.10.007>
- Kuczabski, A., & Michalski, T. (2014). Ukrainian post-communist transformation: Causes, consequences and threats. *Quaestiones Geographicae*, 33(2), 171-180. <https://doi.org/10.2478/quageo-2014-0024>
- Kurnyshova, Y., & Makarychev, A. (2022). Explaining Russia's war against Ukraine: How can foreign policy analysis and political theory be helpful? Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11212-022-09494-x>
- Lowenkron, B. F. (1988). The New Political Thinking: Pax Sovietica with a Human Face? *SAIS Review*, 8(2), 83-101. <https://doi.org/10.1353/sais.1988.0043>
- Mearsheimer, J. J. (2001). The Tragedy of Great Power Politics. In *Anarchy and the struggle for power*. Disponível em [https://bxscience.edu/ourpages/auto/2015/12/17/46553148/Mearsheimer-Tragedy of Great Power Politics.pdf](https://bxscience.edu/ourpages/auto/2015/12/17/46553148/Mearsheimer-Tragedy%20of%20Great%20Power%20Politics.pdf)
- Mearsheimer, J. J. (2014). Why the Ukraine crisis is the west's fault. *Foreign Affairs*, 93(5), 1-12. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/2930/73c0febf174ae904bea3d7f1524e14307706.pdf>
- Mendes, P. E. (2007). A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_10PEMendes.pdf
- Mitrova, T. (2014). The Geopolitics of Natural Gas. In *Nation*. <https://doi.org/10.2307/3323952>
- Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations The Struggle For Power And Peace*(First edit). Disponível em <https://epdf.pub/politics-among-nations-the-strugglefor-power-and-peace.html>

Moulioukova, D. (2011). Dialectic Relations between Foreign Policy and Russian National Identity. Miami-Florida European Union Center of Excellence, (10), 489. Disponível em http://aei.pitt.edu/33486/1/Moulioukova_RussianIdentity_110600.pdf

Powell, B & Jamali, D. 2022. Putin's Endgame. Disponível em <https://pt.everand.com/article/562662373/Putin-s-Endgame>

Olszańsk, T. (2012). The language issue in Ukraine: An attempt at a new perspective (A. Łabuszewska, Ed.). Disponível em Centre for Eastern Studies website: http://aei.pitt.edu/58393/1/prace_40_en_0.pdf

Omelicheva, M. Y. (2017). Revision of David Cadier and Margot Light (eds.), Russia's Foreign Policy: Ideas, Domestic Politics and External Relations. Disponível em https://nwc.ndu.edu/Portals/71/Images/Publications/Review_Eurasia%202020.pdf?ver=wK CvZHfN1Whyut79M2n3Bw%3D%3D

Oro, T., L. (2009). En torno a la noción de realismo político. Revista Enfoques. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/960/96012388003.pdf>

Reis, L. (2017). A Construção do Ator Securitário Europeu: a Hora das Escolhas (Vol. 1; R. Costa, Ed.). Lisboa: Chiado.

Rotaru, V. (2016). Russia's Post-Crimea Legitimization Discourse and Its Challenges for the Eap Countries. Eurint, 3(1), 27-44. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/311397028%0ARUSSIA'S>

Sakwa, R. (2014). Whatever Happened to the Russian Opposition? The Royal Intitute of International Affairs, (May), 20. Disponível em https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20140523Sakwafinal.pdf

Sergunin, A. (2016). Explaining Russian Foreign Policy Behavior. Theory and Practice. Europe-Asia Studies, 69(4), 249. <https://doi.org/10.1080/09668136.2017.1314624>

Shevtsova, L. (2013). How Putin Is Solving the Russian National Identity Problem - Carnegie Moscow Center - Carnegie Endowment for International Peace. Carnegie. Disponível em <https://carnegieendowment.org/posts/2013/10/how-putin-is-solving-the-russian-national-identity-problem?lang=en¢er=russia-eurasia>

Shveda, Y., & Ho, J. (2016). Ukraine 's revolution of dignity : The dynamics of Euromaidan. Journal of Eurasian Studies, 7(1), 85-91. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2015.10.007>

- Shyrokykh, K. (2018). The Evolution of the Foreign Policy of Ukraine: External Actors and Domestic Factors. *Europe - Asia Studies*, 70(5), 25. <https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1479734>
- Springborg, P. (2007). Hobbes on the Natural Condition of Mankind. In P. Springborg (Ed.), *The Cambridge Companion to Hobbes's Leviathan*. <https://doi.org/10.1017/CCOL0521836670.005>
- Stepanenko, V., & Pylynskyi, Y. (2015). Ukraine after the Euromaidan: Challenges and hopes. In *Ukraine after the Euromaidan: Challenges and Hopes* (Vol. 13). <https://doi.org/10.3726/978-3-0351-0798-2>
- Suslov, M. (2017). "Russian World": Russia's Policy towards its Diaspora. In *Russie.NEI.Visions*. Disponível em https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/suslov_russian_world_2017.pdf
- Svarin, D. (2016). The construction of 'geopolitical spaces' in Russian foreign policy discourse before and after the Ukraine crisis. *Journal of Eurasian Studies*, 7(2), 129-140. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2015.11.002>
- Tannen, D., Hamilton, H., & Schiffrin, D. (2015). *The Handbook of Discourse Analysis*. In John Wiley & Sons, Inc. except for Chapter 16 Bloomsbury Publishing Plc (Second Edi). <https://doi.org/10.1017/cbo9780511621079.011>
- Tomé, L. (2018). Geopolítica da Rússia de Putin: Não é a União Soviética, mas gostava de ser... *Relações Internacionais (R:I)*, (60), 69-99. <https://doi.org/10.23906/ri2018.60a05>
- Tsygankov, A. (2016). *Russia's Foreign Policy Change and Continuity in National Identity* (Fourth Edi). Rowman & Littlefield.
- Tuathail, G., Dalby, S., & Routledge, P. (1998). *The Geopolitics Reader*. Disponível em <https://frenndw.files.wordpress.com/2011/03/geopol-the-geopolitics-reader.pdf>
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Westgate, S. (2018). Slavophilism and Westernism in 19th Century Russia. 1-24. Disponível em [http://www.personal.kent.edu/~swestga1/Slavophilism Westernism19century.pdf](http://www.personal.kent.edu/~swestga1/Slavophilism%20Westernism19century.pdf)
- Williams, M. C. (2009). *Waltz, Realism and Democracy*. SAGE Publications. Disponível em [Waltz, Realism and Democracy - Michael C. Williams, 2009 \(sagepub.com\)](http://www.sagepub.com/Waltz,RealismandDemocracy-MichaelC.Williams,2009)

Wilson, J. (2015). Political Discourse in *The Handbook of Discourse Analysis*. Second Edition. Nova Iorque. Disponível em https://www.sscnet.ucla.edu/anthro/faculty/ochs/articles/Ochs_2015_Discursive_Underpinnings.pdf

Wodak, Ruth; Meyer, Michael. (2015). *Methods of Critical Discourse Studies*. 3.^a ed. Londres: SAGE Publications. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/284725923_Methods_of_Critical_Discourse_Studies_3rd_edition

Wodak, R., & Meyer, M. (2008). *Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology*. Disponível em <https://doi.org/10.4067/invi.v0i0.983>

Wright, Q. (1965). *A Study of War* (Vol. 1). Disponível em <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.14629/page/n679/mode/2up>

Zevelev, I. (2016). Russian National Identity and Foreign Policy. In *National Identity Crimean Crisis and Foreign Policy*. Disponível em <https://doi.org/10.1017/CBO978051158292>

Zubrin, R. (2022). Putin's Rasputin Meet Aleksandr Dugin, the Mystical High Priest of Russian Fascism Who Wants to Bring About the End of the World. Disponível em https://www.skeptic.com/reading_room/meet-aleksandr-dugin-mystical-high-priest-of-russian-fascism-who-wants-to-bring-about-end-of-the-world/